UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS – DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEO

GEORGE ROBERTO LOPES ARAÚJO

DESCARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ZONA RURAL DE OLINDA - PE

Recife – PE
2016

GEORGE ROBERTO LOPES ARAÚJO

DESCARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ZONA RURAL DE OLINDA - PE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Dr. Rodrigo Dutra Gomes

Recife - PE

2016

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

A663d Araújo, George Roberto Lopes.
Descaracterização da agricultura familiar na zona rural de Olinda-PE / George Roberto Lopes Araújo. – 2016.
102 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2016.
Inclui Referências.

1. Geografia. 2. Agricultura familiar. 3. Olinda (PE) - Zona rural. 4. Agricultura familiar - Olinda (PE). 5. Conflitualidade. 6. Território. 7. Resistência. I. Gomes, Rodrigo Dutra (Orientador). II. Título.

918.1 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2016-132)

GEORGE ROBERTO LOPES ARAÚJO

Descaracterização da Agricultura Familiar na Zona Rural De Olinda - PE

Dissertação defendida e aprovada em 12/09/2016 pela banca examinadora:

Titulares:

_____

Orientador Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes - UFPE

_____

Prof. Dr. Bertrand Roger Guillaume Cozic - DCG – UFPE

_____

Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

Recife – PE

2016

Dedico esse estudo a todos os trabalhadores!

Dedico ainda, à minha esposa, minhas filhas e minha mãe (*in memorian*).

AGRADECIMENTOS

Ao longo do percurso de minha Pós-Graduação, muitas pessoas estiveram presentes, alguns me ajudando diretamente com sugestões, críticas e incentivos, outros me apoiando no aspecto afetivo, o que me deu o equilíbrio necessário para chegar ao final dessa caminhada.

Por isso, agradeço:

À Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, por ser este celeiro inesgotável de oportunidades e por fazer parte da minha história acadêmica.

Aos mestres dessa instituição, em especial, o meu orientador, Professor Dr. Rodrigo Dutra, que no auge de sua paciência e sabedoria, incentivou-me e direcionou os meus pensamentos para a pesquisa científica.

À instituição de fomento à pesquisa: Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES, pela concessão de auxílio financeiro para desenvolvimento do referido estudo.

À Prefeitura Municipal de Olinda – PE, pela concessão de informações e dados.

Aos amigos, moradores e agricultores da Zona Rural de Olinda – PE que me ajudaram a contar essa história, em especial, aos meus sogros Jairo e Cema e ao avô de minha esposa, Sr. Isnaldo, que viveram o auge do Matadouro e da Fosforita S/A no município, e aos amigos Israel, Agente Comunitário de Saúde da Base Rural; Sr. Ednaldo, agricultor familiar, feirante e antigo gestor da Base Rural; e ao Sr. Jakson e a Márcio, agricultores familiares da Zona Rural.

À minha esposa Juliana, em especial, companheira leal no amor e nos estudos, agradeço o seu empenho e dedicação desde o primeiro dia. Amo você!

Às minhas filhas Giullia e Maria Antonieta, fonte de inspiração, é por elas que busco um amanhã sempre melhor. Vocês são muito especiais para mim!

In memorian **da minha querida mãe, Maria Inês, um anjo na terra, que na sua simplicidade sempre me orientou no caminho do bem.**

Ao meu pai, José Roberto que, apesar de suas limitações, sempre torceu pelo meu sucesso.

Aos meus irmãos Nícia, Jobson e Johnny, companheiros de jornada.

À minha cadelinha Nina que, com seu carinho, demonstrado principalmente quando eu chegava em casa, recebia- me com uma alegria impressionante.

Ao Professor e amigo Thiago, um agradecimento especial pela inspiração a mim concedida na Aula-campo da Hidrelétrica de Xingó - AL, em 24/08/2012, onde tudo começou.

À Espiritualidade Amiga e a Nossa Senhora do Carmo, que se fizeram presentes em todos os momentos, sustentando-me.

E a Deus, mestre do universo e regente maior de todas as coisas, que possibilitou a concretização desse curso, me mantendo na maior serenidade, mesmo nos momentos mais difíceis, permitindo que tudo isso se realizasse na mais perfeita harmonia espiritual.

“Sonhar mais um sonho impossível,

lutar quando é fácil ceder,

vencer o inimigo invencível,

negar quando a regra é vender.”

Chico Buarque de Olinda

RESUMO

Historicamente, a conflitualidade da questão agrária é estabelecida pelas relações com o território e remetem a posse da terra, representada pela dicotomia permanente entre o campesinato e o capitalismo, marcada pela luta de classes. A Zona Rural de Olinda – PE é cenário de múltiplos conflitos dessa natureza. Essa pesquisa trata-se de um estudo explicativo que tem como objetivo geral conhecer os desafios territoriais da agricultura familiar na Zona Rural de Olinda – PE, verificando o(s) seu(s) mecanismo(s) de resistência frente à conflitualidade local, frente ao processo de expansão urbana da cidade e frente à participação do poder público no referido processo. Um dos principais conflitos que remetem ao território da Zona Rural olindense é estabelecido a partir da especulação imobiliária local, subordinada à prática capitalista e originada da descaracterização e loteamento das propriedades rurais. Contudo, há núcleos de resistência da agricultura familiar no território em questão, apesar da frágil realidade que a maioria dos agricultores apresenta, agindo individualmente, sem o apoio de uma entidade de classe. Cabe ao poder público local mediar os conflitos e regular as políticas públicas à luz da justiça social, porém sua atuação é incipiente. A proposta da Zona Rural tornar-se Área de Proteção Ambiental – APA, efetivada no município em 2014, corrobora legislações anteriores, apontando que o problema não é a falta instrumentos legais para proteção da área.

Palavras-chaves: Conflitualidade. Território. Zona Rural de Olinda – PE. Agricultura Familiar. Resistência.

ABSTRACT

Historically, the conflict of the agrarian question is established by the relations with the territory and remit the ownership of the land, represented by the permanent dichotomy between the peasantry and capitalism, marked by the class struggle. The Rural Area of Olinda - PE is the scene of multiple conflicts of this nature. This research is an explanatory study whose general objective is to know the territorial challenges of family agriculture in the rural area of Olinda - PE, verifying its mechanism (s) of resistance to local conflict, To the process of urban expansion of the city and to the participation of the public power in said process. One of the main conflicts that refer to the territory of the Olindense Rural Zone is established from the local real estate speculation, subordinated to the capitalist practice and originated from the decharacterization and allotment of the rural properties. However, there are centers of resistance of family farming in the territory in question, despite the fragile reality that most farmers present, acting individually, without the support of a class entity. It is up to the local public power to mediate conflicts and regulate public policies in the light of social justice, but its performance is incipient. The proposal of the Rural Area to become Environmental Protection Area (APA), carried out in the municipality in 2014, corroborates previous legislation, pointing out that the problem is not the lack of legal instruments to protect the area.

Keywords: Conflict. Territory. Olinda Rural Area - PE. Family Farming. Resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Localização da Zona Rural de Olinda – PE..... 20
Ilustração 2: Visão atual da Torre do Relógio do Nascedouro de Peixinhos..... 47
Ilustração 3: Área da empresa Yara Brasil Fertilizantes à venda..... 49
Ilustração 4: Igreja Nossa Senhora da Ajuda e Escola Costa Azevedo..... 50
Ilustrações 5, 6, 7 e 8: Silos e forno da Fosforita na Rua Vasco Rodrigues em meio à expansão imobiliária..... 51
Ilustração 9: Território Municipal de Olinda – PE: Zonas de Proteção Ambiental Especial, Proteção Ambiental Recreativa e Aterro Sanitário 55
Ilustração 10: Conflitos e confrontantes da Zona Rural de Olinda – PE..... 65
Ilustração 11: Vista sul da Zona Rural de Olinda – PE..... 68
Ilustrações 12 e 13: Conflito dos agricultores familiares e os posseiros que desenvolvem atividades de lazer descaracterizado..... 71
Ilustração 14: Posseiros que fracionam suas terras para fins de herança..... 72
Ilustração 15: Posseiros que comercializam lotes na Zona Rural – PE..... 73
Ilustrações 16,17 e 18: Lixo em vários pontos da Zona Rural de Olinda - PE..... 75
Ilustração 19: Plataforma e recipientes de coleta de lixo improvisados pela população..... 76
Ilustração 20: Resíduos da construção civil..... 77
Ilustração 21: Desmatamento à beira da estrada..... 78
Ilustração 22: Empresa de prospecção de água subterrânea..... 78
Ilustração 23: Lavoura de subsistência da Granja Joinha..... 80
Ilustração 24: Criação de galinhas de capoeira na Granja Joinha..... 81
Ilustração 25: Cultivo de hidropônicos na Granja Martins..... 83
Ilustração 26: Sítio Tilápia – piscicultura e restaurante..... 84
Ilustração 27: Sítio Nova Canaã..... 85
Ilustração 28: Coqueiral Park – Pescaria e Lazer..... 85
Ilustrações 29, 30 e 31: Maracatu de Baque Solto Piaba de Ouro, Clube Piaba de Ouro e Casa da Rabeca..... 86
Ilustrações 32 e 33: Resistência dos agricultores por meios físicos – muros e portões..... 87
Ilustração 34: Conflitualidade agrária da Zona Rural na Zona Rural - PE..... 88
Ilustrações 35 e 36: USF Base Rural e Escola Margarida Alves..... 92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Percentuais dos Produtos da Agricultura Familiar no Brasil..... 35
Tabela 2: Dispositivos legais que protegem a Zona Rural de Olinda – PE..... 57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Abastecimento de água e luz elétrica nos domicílios da UDH Zona Rural..... 60
Gráfico 2: Proporção de pobres e proporção de vulneráveis à pobreza da UDH área Rural..... 61
Gráfico 3: Proporção de ocupação nos setores extrativista, agrário, construção, comércio e serviços na UDH da Área Rural..... 62
Gráfico 4: Percentual de Escolaridade da População de 25 anos ou mais da UDH Área Rural..... 64

LISTAS DE ABREVIATURAS

APA - Área de Proteção Ambiental

BID - Banco Intramericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução do Desenvolvimento

BNH - Banco Nacional de Habitação.

CAPES - Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior

CIRO Companhia das Indústrias Reunidas Olinda

COHAB - Companhias de Habitação

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

DSR - Desenvolvimento Social Rural

FAO - *Food and Agriculture Organization*

FASA - Fosforita Olinda Sociedade Anônima

FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

Fiepe - Federação da Indústria de Pernambuco

FMI - Fundo Monetário Internacional

GTB - Grito da Terra Brasil

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

IVV - Índice de Velocidade de Vendas

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados

MTST Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

NOVOLINDA S/A Novas Indústrias Olinda Sociedade Anônima

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC - Política Agrária Comum

PCdoB **-** Partido Comunista Brasileiro

PD - Plano Diretor

PDSTR - Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PIB - Produto Interno Bruto

PIC – Programa de Iniciativa Comunitária

PMO - Prefeitura Municipal de Olinda

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT – Partido dos Trabalhadores

RM – Região Metropolitana

RPA - Regiões Político-Administrativas

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

UC - Unidade de Conservação Unidades de Proteção Permanente

UDH – Unidade de Desenvolvimento Humano

UE – União Europeia

UP - Unidades de Proteção Permanente

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

ZAS - Zona de Aterro Sanitário

ZCO - Zona de Consolidação da Ocupação

ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

ZEPC - Zona Especial de Proteção do Patrimônio Cultural

ZEPEC - Zonas Especiais de Proteção Cultural e Urbanística

ZGE - Zona de Grandes Equipamentos

ZIE - Zona de Interesse Estratégico

ZPAE - Zona de Proteção Ambiental Especial

ZPAR - Zona de Proteção Ambiental Recreativa

ZRF - Zona de Reserva Futura

ZVE - Zona de Verticalização Elevada

ZVM - Zona de Verticalização Moderada

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 17

INTRODUÇÃO..... 19

1. A AGRICULTURA E O PROCESSO DA RURALIDADE BRASILEIRA..... 25

1.1 Considerações histórico-políticas sobre a Agricultura..... 25

1.2 A Reforma Agrária e os Movimentos Sociais..... 30

1.3 A proposta versátil da Agricultura Familiar..... 34

1.4 Conflitos e resistências da agricultura familiar na contemporaneidade..... 38

2. CONFLITOS TERRITORIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ÁREA RURAL DE OLINDA – PE..... 42

2.1 O Território e a Conflitualidade Agrária..... 42

2.2 Retrospectiva histórico-política da ocupação do solo na Zona Rural de Olinda - PE..... 46

2.3 Caracterização da conflitualidade agrária na Zona Rural de Olinda – PE na atualidade..... 57

3. PERCEPÇÕES ACERCA DA CONFLITUALIDADE NA ZONA RURAL DE OLINDA – PE..... 67

3.1 Os múltiplos conflitos da Zona Rural de Olinda – PE..... 67

3.1.1 Conflito da agricultura familiar e a especulação imobiliária local..... 69

3.1.1.1 Conflito dos posseiros que desenvolvem atividades de lazer descaracterizado..... 70

3.1.1.2 Conflito dos posseiros que fracionaram suas terras para fins de herança..... 71

3.1.1.3 Conflito dos posseiros que comercializam lotes na Zona Rural de Olinda – PE..... 72

3.1.2 Conflitos da agricultura familiar e o poder público local..... 74

3.1.2.1 O conflito do lixo..... 75

3.1.2.2 Conflitos de interesses empresariais..... 77

3.2 Resistências da agricultura familiar local..... 79

3.3 A participação do poder público local..... 90

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 94

REFERÊNCIAS..... 97

APRESENTAÇÃO

Filho de militar da Marinha e de uma professora, tive a oportunidade de conhecer a diversidade cultural desse país continental que é o Brasil. Nessas andanças, residi do Rio Grande – RS à Natal – RN, passando por Salvador – BA e Recife – PE.

Sempre em contato com a natureza, meu hobby sempre foi pesca marítima, mas o meu passado era camponês, representado pelos meus avós paternos, que se dedicaram à agricultura no município de Jaboatão dos Guararapes – PE.

Busquei na fase adulta a oportunidade de estudar, tendo como inspiração minha companheira Juliana, que sempre me incentivou e para mim é um exemplo de superação.

Da Educação dos Jovens e Adultos – EJA à faculdade de Geografia, na Fundação de Ensino Superior de Olinda, já foi uma grande ascensão para àquele trabalhador braçal que tinha gosto pela leitura e que até mesmo se destacava dos outros pelas suas colocações. O que dizer então do Mestrado em Geografia na UFPE?!

Maravilhado, em meio à tão grande feito, questionando-me por muitas vezes se aquilo era para mim mesmo? Descobri que sim e logo fui me inteirando, desenvolvendo algumas atividades como estagiário de docência na disciplina de Fundamentos de Planejamento Regional e os trabalhos: Territorialização - uma ferramenta indispensável à Saúde da Família, apresentado no III Fórum Internacional de Geografia da Saúde, em São Luís – MA e o Programa Saúde na Escola – Exercício da Intersetorialidade e da Transdisciplinaridade, apresentado no Congresso Nacional de Educação, em Campina Grande – PB.

Encontro na cidade onde resido, Olinda – PE e nos relatos de parentes e amigos sobre o seu passado próspero a inspiração para dissertar: um problema historicamente recorrente, o duelo do campesinato com o capitalismo, dessa vez, amparado pela nuance moderna da sustentabilidade.

Caminhos que percorri pessoas com quem falei histórias que ouvi paisagens que observei... Por tudo isso, meu objeto de estudo, a Zona Rural de Olinda, é especial para mim, por se tratar de um reduto de resistência!

Resistência que também me motivou a continuar no Mestrado e a lutar pelas minhas terras, em São Lourenço da Mata – PE, herdadas por meu pai e ocupadas indevidamente. Tenho certeza que a Geografia vai me ajudar, porque o conhecimento liberta...

Pensando nisso, tento dá a minha contribuição para a sociedade me dedicando a um projeto, a Escola Ambiental de Olinda, idealizado por mim, cuja prática destina-se a preservação e proteção do meio ambiente na cidade, baseando-se no desenvolvimento sustentável, variável que comporta, perfeitamente, a agricultura familiar.

INTRODUÇÃO

A referida pesquisa foi corroborada pela observação do autor diante da modificação da paisagem da Zona Rural, no município de Olinda – PE, com a transformação caótica do território em questão, que dia após dia abandona as características rurais, oriundas da prática da agricultura familiar, para tornar-se mais um reduto de urbanização desordenada da região metropolitana – RM.

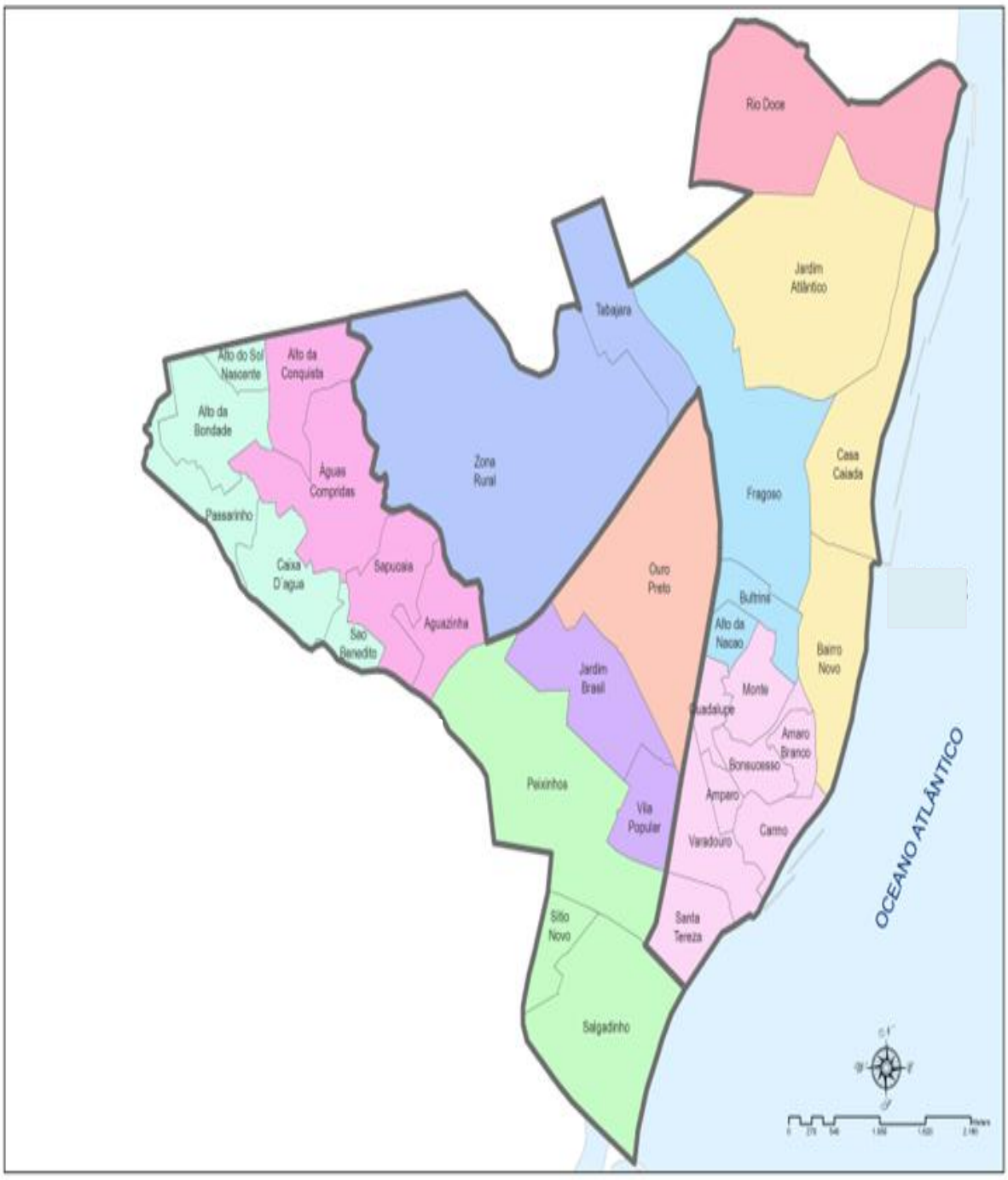
> A agricultura familiar é um sistema de produção em que as atividades agrícolas e não agrícolas são desenvolvidas num dado território, onde a gestão, renda e trabalho da unidade de produção são caracterizadas, principalmente, por laços familiares e, ocasionalmente, empregada mão de obra contratada. Incluem culturas, pecuária, pesca, aquacultura, agroflorestal, agregando valor, enquanto as atividades rurais não agrícolas, incluem artesanato e serviços de turismo rural. A produção da agricultura familiar é voltada tanto para o consumo das famílias, quanto para o mercado (FAO, 2016).

A referida área é marcada por vários conflitos que se estabeleceram desde os primórdios, inicialmente, de caráter exploratório, desde os colonizadores portugueses, no século XVI. A partir do fim do século XIX e início do século XX, com a permissão de Dr. Pernambuco (então proprietário da área em questão), foram concedidas terras para o desenvolvimento de atividades agrícolas e consequente fixação dos trabalhadores de seu Matadouro. Em meados do século XX, com sua morte, as terras foram adquiridas pelo industrial Tenente Catende, que empreendeu no ramo imobiliário e de prospecção de minério (fosfato), marcando um período de grande conflito local. No final do século XX e início do século XXI, vários instrumentos legais foram elaborados pelo poder público de todos os âmbitos, municipal, estadual e federal, e tiveram como objetivo principal, a proteção e conservação da Zona Rural olindense, na tentativa de impedir a sua transformação.

Olinda é um município localizado na Região Metropolitana (RM) do Recife – PE, possui uma extensão territorial de 43,55 Km² e faz limite, ao Norte, com Paulista, ao Sul, com Recife, à Leste, com o Oceano Atlântico e à Oeste, com Paulista e Recife. É o menor município em extensão territorial da RM e o terceiro, em população. O território de Olinda é subdividido, segundo a Lei N. 5.161/99, em 31

bairros e a Zona Rural. Essa equivale a 12,83% do território olindense, compreendendo uma área de 5,32 km^2 – vide Ilustração 1 (OLINDA, 2016).

Ilustração 1: Localização da Zona Rural de Olinda – PE.



Fonte: ARAÚJO, 2014.

É considerada a terceira maior cidade de Pernambuco, abrigando uma população de 397.268 habitantes. A cidade detém uma densidade demográfica elevada, em torno de 9.122,11 habitantes por quilômetros quadrados, a maior do estado e a quinta maior do Brasil (IBGE, 2010).

As características físicas e humanas da Olinda refletem uma considerável dificuldade em encontrar áreas disponíveis para a sua expansão urbana, aquecendo o mercado imobiliário local. Dessa forma, a Zona Rural, surge como uma possibilidade de moradia viável, próxima aos centros – do Recife e de Olinda, e acessível financeiramente à população mais pobre, ainda que se processe de forma clandestina, uma vez que é proibida a construção e o loteamento dessa área. Ao longo da história, vários dispositivos legais tentaram conter o referido processo, sendo o mais recente em 2014, onde toda a Zona Rural olindense foi transformada em Área de Proteção Ambiental – APA, gerando restrições ao parcelamento do solo na região.

.

> A Área de Proteção Ambiental é uma área, em geral, extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privada (BRASIL, 2016).

A agricultura familiar olindense apresenta-se de uma forma desafiadora, estabelecendo-se histórico, sócio, econômico e culturalmente ao longo dos anos. Contudo, fragilizada por não está representada por entidades de classe e não dispor do apoio do poder público local; mas ao mesmo, resistente nas suas práticas cotidianas, se reinventando e driblando os obstáculos de uma realidade diversa. Realidade essa, constituída de múltiplos conflitos que estão imbricados na raiz comum da luta agrária contra o capitalismo, representado na ocasião, pela especulação imobiliária da atualidade, podendo ser descritos a partir de múltiplos conflitos: das propostas de lazer descaracterizado do rural, sob partilha de terras por herança ou de parcelamento do solo para fins de loteamentos ou empresas clandestinas na Zona Rural.

É importante destacar que a agricultura familiar inclui várias perspectivas de atuação, algumas delas apontam para o turismo rural ou o ecoturismo, podendo permitir ganhos extras aos agricultores, melhoria da qualidade de vida local e conservação do meio ambiente. Essa proposta é evidenciada na localidade por alguns aparelhos de lazer e recreação, como uma forma bem sucedida de resistência, inclusive utilizando-se da valorização dos aspectos culturais locais.

Sob a apreciação dessa complexa realidade surgiram indagações que nortearam a pesquisa: Como está inserida a agricultura familiar nesse contexto conflituoso de múltiplos interesses? De que forma a agricultura familiar vem resistindo ao longo do tempo? Qual o papel do poder público diante dessa conflitualidade? Será que a APA é capaz de proporcionar o impacto necessário aos paradigmas já instaurados? Ou essa transição será inevitável? Quais foram as diretrizes pensadas para a agricultura familiar local?

A prática da agricultura familiar da Zona Rural olindense segue condenada à extinção? Observa-se pontos dispersos de sua atuação na área em questão, agindo de forma individualizada e desarticulada, sobrevivendo com esforços próprios e sem incentivos governamentais. A questão imobiliária da cidade, cujo território é reduzido e desprovido de áreas para expansão urbana, assim como, a ocorrência do fenômeno de adensamento populacional, certamente é o seu maior desafio.

Hipoteticamente, a APA, assim como todos os dispositivos legais que a antecederam, seria capaz de causar impacto positivo nessa conflitualidade, uma vez que a APA sustentabilidade possui a importante característica de considerar a ocupação humana local, contemplando além da variante ambiental, os aspectos de desenvolvimento humano, impressos nas nuances econômicas e socioculturais locais.

Contudo, o que é facilmente evidenciado pela observação da paisagem em questão é a sobreposição da conjuntura urbana desordenada no espaço genuinamente rural, de forma progressiva e consistente, sem a devida interferência do poder público local, que não oferta nenhuma alternativa aos agricultores familiares, tampouco aos demais moradores da área, consolidando dia após dia a descaracterização do território da Zona Rural olindense e o agravamento da situação urbana do município.

A pesquisa justifica-se pela importância do estudo acerca das relações territoriais historicamente estabelecidas a partir da questão da conflitualidade

agrária, representada pela dicotomia entre o campesinato e o capitalismo, localmente representada pela agricultura familiar e a especulação imobiliária. Situação que suscita do poder público conhecimento para subsidiar políticas públicas mais eficientes e equânimes, e da sociedade, o entendimento do amplo processo o qual está inserida.

Essa pesquisa tem como objetivo geral: conhecer os desafios territoriais da agricultura familiar na Zona Rural de Olinda – PE, verificando o(s) seu(s) mecanismo(s) de resistência frente à conflitualidade local, frente ao processo de expansão urbana da cidade e frente à participação do poder público no referido processo. E tem como objetivos específicos:

1. Conhecer os principais conflitos territoriais vivenciados pela agricultura familiar na Zona Rural de Olinda - PE, na atualidade;
2. Apontar o(s) mecanismo(s) de resistência da agricultura familiar frente à conflitualidade territorial.
3. Realizar uma leitura da paisagem da Zona Rural olindense frente ao processo de expansão urbana.
4. Verificar a participação do Estado, enquanto poder público, no referido processo.

Para tanto, essa pesquisa se organiza a partir da estruturação de três capítulos fundamentais, onde o primeiro fará uma breve discussão sobre a agricultura e o processo da ruralidade brasileira, fazendo uma reflexão sobre a participação dos movimentos sociais e da luta da reforma agrária. O segundo apresentará os atores sociais envolvidos nos conflitos da agricultura familiar da Zona Rural de Olinda - PE, fazendo uma retrospectiva da conflitualidade agrária local e uma apresentação do território em questão. O terceiro e último capítulo, abordará a percepção sobre a conflitualidade territorial local, fazendo inferências sobre os variados conflitos vivenciados pela agricultura familiar na atualidade e as suas formas de resistência, além de verificar a atuação do poder público local no território da Zona Rural.

A partir dos preceitos metodológicos, o estudo se estrutura a partir da tabulação manual de alguns dados do Atlas de Desenvolvimento Humano/Região Metropolitana/Olinda (2010), do Programa Nacional das Nações Unidas – PNUD, a partir de alguns indicadores das áreas temas (Densidade Demográfica, Educação, Renda, Habitação, Vulnerabilidade e Trabalho) que contemplassem a área da Zona

Rural de Olinda (PROGRAMA, 2016). Foi realizada a organização de material fotográfico inédito, constituído pelo autor, à luz da observação geográfica, durante visitas técnicas periódicas realizadas na área nos anos de 2014 a 2016, inicialmente, mensais, e no último ano, semanais, retratando as percepções da realidade da Zona Rural olindense e seus paradigmas. Concomitantemente, foi realizado o levantamento bibliográfico e documental, a nível nacional e internacional, de artigos científicos, periódicos, legislação, dentre outros instrumentos relevantes que contemplam as categorias de análise e os conceitos chave que regem essa pesquisa.

A referida pesquisa se propôs, inicialmente, a traçar um breve perfil da situação econômica e social da área estudada, utilizando-se do Atlas nos temas Escolaridade, Renda, Habitação e Trabalho, sendo necessário estabelecer limites dos confrontantes territoriais da Zona Rural, uma vez que o mesmo trabalha com as Unidades de Desenvolvimento Humano – UDHs, que são agregações de setores censitários que atendem às exigências do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para extração dos indicadores, tomando-se o cuidado de verificar apenas a UDH que representa a área rural, parcial ou na sua totalidade, ainda que essa faça limites com territórios conhecidamente urbanos. As UDHs são aproximações dos bairros constituídos (por lei) ou reconhecidos (por identificação popular), logo, ela não representa exatamente a área da Zona Rural, mas confere uma ideia acerca do território.

Olinda é constituída por 48 UDHs, entretanto a UDH selecionada foi a UDH Área Rural / Águas Compridas / Aguazinha / Sapucaia: Av. Batalha do Tuiti (ATLAS, 2010). É importante destacar que as áreas que margeiam a Zona Rural não tiveram suas UDHs selecionadas, uma vez que apontavam um viés à pesquisa por apresentarem forte traço urbano.

1. A AGRICULTURA E O PROCESSO DA RURALIDADE BRASILEIRA

A discussão da dicotomia entre o rural e o urbano é antiga e perpassa as questões escolares internalizadas de mera observação da paisagem, passando a considerar as impressões registradas no modo de vida e de produção que a população em questão pratica, diferenciando que a prática agropecuária nem sempre representa, exclusivamente, o meio rural. Nesse contexto que desponta, carregado de um rural modernizado, que está sob a influência de tecnologias da informação e das telecomunicações, observa-se a convivência de pluriatividades no novo mundo rural.

1.1 Considerações histórico-políticas sobre a agricultura

A agricultura compreende tanto o cultivo de plantas, para as mais variadas finalidades, como o manejo de animais, datando do período neolítico, a partir da evolução dos caçadores e coletores, prevalecendo nas áreas de vales de rios e evoluindo com a história, sendo fundamental a sua ascensão para o desenvolvimento da humanidade, uma vez que permitiu a fixação das pessoas, período conhecido como a Primeira Revolução Agrícola, acerca de 10.000 anos (MAZOYER & ROUDART, 2010). Distinguindo dessa visão romantizada do camponês, faz-se necessário um recorte na história para alcançar os objetivos desse estudo.

Segundo Hespanhol (2010), o sistema agrário capitalista, o qual denota um modelo produtivista de práticas mercantis, vem sendo observado no mundo a partir do período pós-guerra, inicialmente, na Europa e Estados Unidos, e mais tarde, se difundindo em outros países, chegando ao Brasil na década de 60, com o fenômeno conhecido como Revolução Verde.

Surgindo como uma variante da Revolução Mundial Agrícola Contemporânea, prestava-se ao cultivo de variedades de alto rendimento e um sistema de produção que utilizava fertilizantes, objetivando a produção com vistas ao aumento da oferta e ao lucro. Dessa forma, diferencia-se da Revolução Contemporânea uma vez que essa tinha como principal característica, a alta mecanização/motorização do campo, progredindo em países desenvolvidos e em alguns setores de países em desenvolvimento.

A Segunda Revolução Agrícola, contraditoriamente do que se esperava, além de não resolver o problema da fome nos países em desenvolvimento, aumentou o dualismo da questão fundiária, uma vez que promoveu a dependência de sementes modificadas, a devastação das florestas e a contaminação do solo e das águas, deixando à margem os pequenos agricultores, que não conseguiram adaptar-se ao modelo capitalista de produção.

Hespanhol (2010), afirma que o Brasil operou com as concepções internacionais de espaço rural e de divisão territorial do trabalho, quando em 1964, no advento do Golpe Militar (cuja principal característica foi a centralização de poder), criou o Estatuto da Terra e em 1965, o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, utilizando-se da difundida proposta da Revolução Verde, já discutida anteriormente, a qual, na verdade, serviu apenas para empoderar as elites rurais e marginalizar, ainda mais, os pequenos produtores.

Os anos de 1973 a 1979 foram fundamentais para o país e para o campo, uma vez que houve uma crise financeira - oriunda da falência do petróleo como principal matriz energética, e iniciou-se o processo de abertura política e a redemocratização da sociedade brasileira; que irão contribuir posteriormente (1980-1988), para a valorização da participação social nos movimentos de classes e para a organização da sociedade civil, reivindicando pleitos futuros nos mais variados segmentos como cidadania, saúde, campo – Reforma Agrária, dentre outros, como pode-se observar na formulação da Constituição Brasileira (1988).

Em 1990, influenciados pelo processo mundial de globalização das organizações que aponta para o desenvolvimento do meio informacional, das telecomunicações e, dessa forma, para a Terceira Revolução Agrícola (CAVALCANTI, 1995); o modelo de governo neoliberal - cuja proposta foi descentralizar a administração estatal, repassa as demandas sociais, políticas, econômicas e também agrárias, para os municípios brasileiros, apesar desses não disporem dos recursos financeiros adequados. Inquietações oriundas da participação social fomentam a formulação de políticas públicas, inclusive de Reforma Agrária.

A partir da década de 80, houve um intenso debate na União Europeia - UE acerca da Política Agrária Comum – PAC desses países, com a perspectiva de minimizar as diferenças loco-regionais, valorizando a percepção da atuação em escala local para organização do território. Indagações acerca da agricultura voltada

apenas para o desenvolvimento econômico foram percebidas a partir de então, despontando a concepção de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Entretanto, a partir da década de 90, o movimento ganha expressão e há uma tendência de valorização dos potenciais locais, naturais, históricos e culturais do ambiente rural (HESPANHOL, 2010).

O desenvolvimento sustentável transcende o sentido de ecodesenvolvimento, por não rejeitar completamente a modernização, absorvendo alguns de seus aspectos e redimensionando-os, uma vez que a pobreza deve ser combatida, por se tratar de uma das variantes que retroalimenta a destruição do ambiente, estando na mesma proporção que, a destruição do ambiente fortalece a desigualdade econômica; incentivando-se o crescimento econômico associado à responsabilização ambiental. Assim, diferenças sutis nas conceituações de tais termos não podem ofuscar a magnitude percebida pela terminologia do desenvolvimento sustentável.

Em 1991, Hespanhol (2010), admite que a União Europeia – UE traz a proposta de PIC LEADER – Programa de Iniciativa Comunitária de Ligação entre as Ações de Desenvolvimento Econômico Rural, que concebe um modelo de atuação agrária com enfoque setorial, baseado no reconhecimento do território e seus atores. Esse recorte permite a observação que o meio rural compreende outras questões, além das agrícolas, entretanto, tornou-se limitado por financiamentos insuficientes e pela diversidade/heterogeneidade que o bloco econômico apresenta.

A partir dos anos 90, as agências de cooperação internacional como: o Fundo Monetário Internacional – FMI, O Banco Internacional para Reconstrução do Desenvolvimento – BIRD e o Banco Intramericano de Desenvolvimento concederam financiamento ao âmbito agrário brasileiro (HESPANHOL, 2010). Tal fato está ancorado à prática capitalista, que apregoava a premissa desenvolvimentista (em sua fase neoliberal), sob o amparo dos preceitos de um mundo globalizado, exigindo do ambiente rural a manutenção do recorte escalar setorial e a participação social organizada (conforme influência europeia), com o argumento de difusão dos Direitos Humanos, da Justiça e da Democracia, especialmente para os mais pobres. Falácia quando se observa a homogeneidade e a continuidade do referido modelo ao longo do tempo, contrariando as suas reais expectativas (GÓMEZ, 2006).

No Brasil, em 2002, os movimentos sociais agrários, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG e o conhecido Movimento

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, objetivavam atender as demandas dos grupos rurais marginalizados em outrora (mulheres, jovens e povos tradicionais), negociando interesses e intermediando conflitos, lutando por uma reforma no âmbito agrário.

> A reforma agrária é compreendida como um problema estrutural do capitalismo, gerando processos de diferenciações e desigualdades, expulsões e expropriações, excluindo ou subalternizando, destruindo e recriando o campesinato. Por essa razão, as relações entre campesinato e capital são de conflitualidades permanentes e explicitadas [...] No centro dessas conflitualidades há a disputa territorial que se manifesta no controle do processo de criação e destruição do campesinato. A questão agrária é então uma questão territorial e a reforma agrária é a face dessa dimensão (FERNANDES, 2008, p. 02).

Schneider *et al* (2004) afirma que, o legado deixado pela mercantilização das referidas revoluções e a consequente deterioração fundiária, fez surgir no ano de 1994, um movimento social formado pelos pequenos trabalhadores rurais, conhecido como Grito da Terra Brasil - GTB, o qual reivindica a valorização do espaço rural e a sua transformação social. Dentre as suas principais conquistas estão a desapropriação de terras para fins de reforma agrária, a concessão de benefícios previdenciários rurais e a melhoria das condições de trabalho no campo.

Esse movimento fomentou uma proposta de política pública voltada ao fornecimento de crédito e apoio institucional para esse grupo marginalizado, denominada de PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (1995), uma vez que há a ocorrência periódica desses encontros (anualmente); agora legitimados pela participação organizada dos sindicatos e federações dos trabalhadores rurais. Tais feitos chamam a atenção da academia para o estudo do fenômeno (SCHNEIDER *et al*, 2004).

O PRONAF sofre modificações mais adiante: no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2002, onde o recorte setorial municipal passa a ser representado pelos consórcios ou associações municipais. Em 2004, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mudando a coordenação do PRONAF: da Secretaria de Desenvolvimento Rural, do Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento – MAPA, para a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Outra importante mudança desse período foi a integração do PRONAF ao Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PDSTR, modificando também a sua estruturação, a partir do recorte escalar setorial, passando do município a um conjunto deles, denominado de Territórios Rurais (BRASIL, 2016).

> O território rural é o espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, e a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2016).

No ano de 2003, foi estabelecido como produto das lutas dos movimentos sociais (em especial a dos pequenos produtores rurais), o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (BRASIL, 2016), que integra o Programa Fome Zero, cujos objetivos são erradicar a fome e a desnutrição, na esfera da política agrária e da segurança alimentar, possibilitando a aquisição de alimentos cultivados pela agricultura familiar, a preço de mercado, destinando-os à merenda escolar e/ou à alimentação de instituições assistenciais ligados ao Estado, atualmente sendo destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Em 2008, dando lugar ao Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais surgiu o Programa Territórios da Cidadania, na expectativa de participação interministerial e social ampla, com uma operacionalização integrada do programa (ministérios/secretarias, municípios/territórios) e com um acompanhamento sistemático (BRASIL, 2016).

Atualmente, segue-se um cenário de incertezas quanto à manutenção e ao desenvolvimento das políticas públicas, dentre elas, as agrárias, uma vez que o Brasil sofre uma importante crise político-econômica que culminou com o afastamento da presidente Dilma Rousseff e a posse do presidente em exercício Michael Temer, o qual gerou algumas mudanças, dentre elas, a extinção do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Agrário – MDA, transformando-o

secretaria, a Secretaria da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, submetida à Casa Civil.

1.2 A Reforma Agrária e os Movimentos Sociais

Desde os primórdios, a concepção de grande detentor de terras simbolizava *status* de poder e foi motivação dos mais variados conflitos, poder esse, observado desde o período do Brasil colonial, com a concessão das capitanias hereditárias aos donatários (terras concedidas apenas aos "amigos da coroa" – nobres, militares e navegadores), regida pela Lei das Sesmarias, de 1375, que redistribuía a terra a qual o proprietário não cultivasse; atravessando os períodos imperial e republicano, respectivamente, com as práticas de arrendamento, mediante ao pagamento de "foro" aos grandes proprietários de terra, e do Coronelismo, onde a elite rural controlava os meios de produção, exercendo monopólio econômico, social e político local (ANDRADE, 2002).

A partir dos anos 60, discussões de cunho marxista sobre os modelos produtivos do meio rural continuaram fomentando a questão agrária, consagrando a divisão de duas classes fundamentais: o latifundiário – representado pelos ricos, proprietários de grandes extensões de terra, e o camponês – que engloba os pobres, donos de minifúndios, representados pelos pequenos produtores, os arrendatários, os parceiros, os posseiros e todos os outros envolvidos no campesinato (VINHAS, 1968).

A partir de então, torna-se indispensável reconsiderar o conflito historicamente estabelecido e fortemente evidenciado pela ótica do sistema capitalista vigente para estabelecer um processo de reforma, necessária para alavancar o fornecimento de produtos à crescente população urbana brasileira e à indústria nacional, oferecendo uma proposta de transformação do campo, concebido como ultrapassado, pela união das classes sociais em questão: latifundiário e camponês.

Andrade (2002) afirma que, o esboço das primeiras organizações de movimento socialmente constituídos foram formados nas áreas de domínio do açúcar, no Nordeste brasileiro, em 1963, precisamente, no Engenho da Galileia, em Vitória de Santo Antão - PE, lideradas por Zezé da Galileia e Francisco Julião, denominada de Ligas Camponesas. As Ligas foram cooperativas de camponeses

localizados próximos aos centros urbanos, cuja finalidade era comercialização de seus produtos. Embasavam-se em forte justificativa religiosa, entretanto, foram enfraquecidas pelo regime ditatorial da época.

A partir da promulgação do Estatuto da Terra, em 1964, a perspectiva de sindicalismo rural ganha notoriedade, levando a disputa do Partido Comunista do Brasil, posteriormente nomeado de Partido Comunista Brasileiro (PCdoB), das Ligas Camponesas e da Igreja Católica. A Igreja foi escolhida pelo governo para tratar tais interesses. O que por um lado teve efeitos benéficos, uma vez que preservou um sindicato atuante em pleno regime militar, por outro, apresentou efeitos maléficos, de conservar os interesses dos grandes latifundiários, pois mantinha uma reforma agrária de cunho meramente assistencialista. Concomitantemente, foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, que teve apoio religioso através da Comissão da Pastoral da Terra.

> A reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social**,** desenvolvimento rural sustentável **e** aumento de produção, estabelecidos no Estatuto da Terra - Lei nº 4504/64, [...] buscando a implantação de um modelo de assentamento rural baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial (BRASIL, 2016).

No Brasil, a Reforma Agrária tem a pretensão de distribuir igualitariamente as terras, mediante a desapropriação de áreas improdutivas através da instituição governamental: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, prestando-lhes a assessoria necessária e legitimando a importância dos pequenos agricultores no sistema agrário (BRASIL, 2016).

Dessa maneira, a questão complexa da reforma agrária, amplamente discutida nas ciências humanas, está arraigada na questão territorial que se desdobra na retórica do duelo eterno das classes dominantes versus as classes dominadas, permeadas pela nova roupagem da globalização, corrompida, por sua vez, pela lógica da perversidade capitalista, subjugando o modelo camponês. Engana-se quem acredita que o campesinato sucumbe sem luta, o que se constata é a resistência que atravessa o tempo, adquirida a partir do seu fortalecimento enquanto classe socialmente constituída, legitimada por uma influência ancestral e

cultural de valores, que asseguram o patrimônio produtivo e alimentar da humanidade até os dias atuais.

Para Traspadini (2016), não há como falar de Reforma Agrária sem falar de luta de classes, e por consequência, de movimentos sociais, dentre eles, destaca-se o Movimento dos Sem Terras – MST, que tem como premissas: a) a indivisibilidade das esferas política, econômica e social, com o lema da fraternidade; b) a ocupação e o assentamento ou consolidação de terras improdutivas; e c) a participação ativa de suas companheiras e seus filhos nesse processo.

> O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST) nasce no final dos anos setenta, vinculado à Pastoral da Terra, como resultado histórico de longos processos da luta de classes no campo brasileiro. É herdeiro dos povos originários, quilombolas, posseiros, meeiros, colonos. Expressão, assim, das mais diversas formas de "lutadores sociais" que resistiram à história dos massacres e das opressões originados na gênese da propriedade privada da terra e da superexploração da força de trabalho no Brasil (TRASPADINI, 2016, p. 180).

As bases ideológicas do capitalismo apontam para uma estigmatização dos membros e simpatizantes do MST, atrelando-os, muitas vezes, a uma postura violenta e criminosa, e uma forma de conceber o meio rural como atrasado e inferior, devendo ser sumariamente combatido/eliminado.

Na década de 90, ainda sob o olhar do governo neoliberal do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, numa proposta de luta corporativa, o MST chama a atenção enquanto organização de classe, pela sucessão de confrontos diretos em boa parte do território nacional, inspirando a eclosão de outros movimentos sociais como: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados - MTD, dentre outros.

Um fato marcante na história contemporânea desse movimento e que ficou internacionalmente conhecido é o massacre de Eldorado dos Carajás, no sudeste do Pará, na PA 150, em 16 de abril de 1996, onde trabalhadores sem terra seguiam em marcha até Belém, reivindicando a desapropriação da Fazenda Macaxeira, ocupada anteriormente por eles acerca de 5 meses, quando foram surpreendidos pela força policial fortemente armada e sem identificação. O confronto resultou em 21 mortos e 69 feridos, apenas duas pessoas foram julgadas e condenadas (no ano de 2012).

Esse acontecimento não é um feito isolado, faz parte da história do MST e da matéria agrária (FERNANDES, 2004).

Recentemente, com a proposição progressista de governo, do Partido dos Trabalhadores – PT, assumida e iniciada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o MST abandona a ideia de enfrentamento, substituindo-a pelo diálogo e a proposição de políticas públicas, deixando legados positivos no âmbito das conquistas sociais, como: o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Minha Casa, Minha Vida, dentre outros (TRASPADINI, 2016).

Outro movimento que chama atenção a nível internacional é a Via Campesina, compreendendo 164 organizações locais e nacionais, de 73 países da América, África, Ásia e Europa, totalizando 200 milhões de pessoas envolvidas. Tem como característica a autonomia, uma vez que não tem filiação política, e os carácteres pluralista e multicultural, uma vez que engloba mulheres, homens, jovens, camponeses, pequenos agricultores, estudantes, sem-terra, povos indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas, o que lhes dá grande credibilidade junto à FAO - *Food and Agriculture Organization* - Organização das Nações Unidas para a Alimentação, e à Comissão dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU (*La Via Campesina*, 2016).

Foi fundada em 1993, na Bélgica, com a internacionalização da agricultura, em um momento de franca expansão do agronegócio frente ao processo de globalização, resultando na concentração de terras e na produção homogeneizada de alimentos nas mãos de empresas multinacionais e, consequentemente na incorporação do pequeno agricultor ao sistema ou na sua pauperização e/ou exclusão definitiva do processo, como se pode perceber com o êxodo rural. O modo como o próprio nome foi concebido - Via Campesina, foi formulado com vistas a denotar um conceito de caminho diferente ao que vem sendo utilizado. A Via também realiza encontros periódicos, a cada 4 anos, denominados de conferências (VIEIRA, 2008).

Vieira (2008), afirma que a Via Campesina tem como principal propósito promover a justiça social agrária através da prática de uma agricultura sustentável e da soberania alimentar do seu povo, reformulando o conceito de campesinato e lutando contra a globalização no campo; pois tem o lema: “globalizemos a luta, globalizemos a esperança”.

Faz necessário ressaltar que o êxodo rural é observado desde a década de 70 e é caracterizado pelo egresso da população do campo à cidade, na perspectiva de buscar melhores condições econômicas e sociais. Esse movimento ganha expressão na população mais jovem, entretanto, observa-se em todas as faixas etárias e em todas as regiões do país (JÚNIOR & *et al*), contudo, existe uma precariedade nos seus registros, como nos demais registros da matéria agrária, seja nos Censos Demográficos ou no Sistema Nacional de Cadastro Rural, o que por vezes, inviabiliza a mensuração e a magnitude real do fenômeno (FERNANDES, 2004).

1.3 A proposta versátil da Agricultura Familiar

Na contramão do competitivo sistema produtivo capitalista, com vistas ao agronegócio e marcado pelas lutas de classe, encontram-se as agriculturas tradicionais, dentre elas, a agricultura familiar, que vem resistindo ao longo do tempo. Para tanto, faz-se necessário algumas considerações para o seu esclarecimento.

No Brasil colônia, apresentava caracterização distinta, com as práticas de protocampesinato ou brechas camponesas, quando a prática extrativista do pau-brasil foi substituída pela expansão agropecuária, Observou-se ainda, o cultivo de terras marginais pelos mestiços e pelos brancos não herdeiros, formados pelos filhos bastardos dos senhores de engenho, e pelos demais filhos que não atendessem ao regime de morgadio – concessão de herança apenas para o filho primogênito do senhor de engenho. Outro grupo que merece destaque foram os imigrantes europeus, incentivados por políticas de imigração que datam desde a vinda de D. João VI, para suprir as necessidades crescentes da colônia (GARCIA & BASTOS, 2013).

Talvez isso explique a conotação depreciativa que os termos: camponês, matuto, jeca, tabaréu, roceiro, caipira, caboclo, sertanejo, lavrador, araruama, caiçara, guasca, dentre muitas outras denominações, que variam de acordo com as regionalidades e especificidades desse país continental, denotam. Nos estudos sociais agrários o termo camponês é preferível pela conotação histórico-política que carrega, definindo o campesinato como uma classe social e não apenas como uma

esfera da economia, uma figura de organização da produção ou uma maneira de se viver (MARQUES, 2008).

Alguns autores como Abramovay (1999) afirmam que o campesinato foi o berço da agricultura familiar, entretanto, evoluiu com o tempo e se diferenciou dele pela influência do sistema capitalista vigente, aplicando-lhe numa produção regulada a partir das necessidades mercadológicas, agregando várias atividades.

A agricultura familiar é uma prática observada desde os primórdios, aparecendo como uma nova denominação para o já conhecido “campesinato”, entretanto, mantém a operacionalização a partir da família – propriedade, gestão e trabalho. Alguns autores consideram que a mudança terminológica tenha sido apropriada para negar o poder historicamente constituído da categoria social que o camponês dispunha (LIMA & FIGUEREDO, 2006). Para Wanderley (1996), esse modelo de agricultura não é uma categoria de análise recente nas ciências geográficas, entretanto traz novas proposições de análise.

> A agricultura familiar tem como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (FAO/INCRA, 1994).

Divergindo de alguns pontos de vista estabelecidos sobre a possível improdutividade e baixa competitividade que agricultura familiar possui no país, os números grandiosos mostram a sua força, uma vez que compreende 70% dos alimentos consumidos, conforme observa-se na Tabela 1 (BRASIL, 2013).

Tabela 1: Percentuais dos Produtos da Agricultura Familiar no Brasil.

Produtos	Percentuais (%)
Mandioca	87
Feijão	70
Carne suína	59
Leite	58
Carne de Aves	50
Milho	46

Fonte: ARAÚJO, 2013.

Um dado relevante, é o recorde histórico de 4,3 milhões de unidades produtivas, que correspondem a 84% do número de estabelecimentos rurais do Brasil, que por sua vez, corresponde a 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária e 74,4% da ocupação de pessoal no meio rural, cerca de 12,3 milhões de pessoas (BRASIL, 2103).

Legitimada pela criação do Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF, em 1995, a referida agricultura compreende uma gama de múltiplas possibilidades, que estão além das questões agropecuárias e se estendem à matéria das pluriatividades (WANDERLEY,1996). Na atualidade, essa pluralização de ações confere um aspecto comercial ao campesinato de outrora (ALMEIDA & JESUS, 2013).

> Pluriatividade refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2003, p. 100).

O modelo de agricultura familiar poderia perfeitamente contemplar o apelo ecológico da atualidade, que se permite ao uso das tecnologias disponíveis, não descartando o molde desenvolvimentista do passado, contudo, prezando pela conservação e preservação do meio ambiente, buscando alternativas sustentáveis para o seu manejo, já que conta com um aparato legal nacional muito bem arquitetado, ainda que na prática, não suficientemente efetivado.

Atualmente, algumas ações governamentais de apoio à agricultura familiar estão em vigor, dentre elas, o Plano Safra, que destinará, nos anos de 2016 e 2017, 30 bilhões de reais para estimular a produção de cesta de alimentos que compõem os índices da inflação, fornecendo juros mais baixos, de 2,5% ao ano, para a produção de base orgânica e agroecológica e para os investimentos em práticas sustentáveis de manejo do solo e da água, produção de energia renovável e armazenagem. Esse mesmo plano preconiza um seguro para o agricultor que perder sua produção por condições climáticas; incentiva o fortalecimento e surgimento das cooperativas rurais; apoia à comercialização dos seus produtos, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa Nacional de

Aquisição de Alimentos (PAA), anteriormente discutidos; apoia a produção das mulheres e incentiva a permanência dos jovens no campo, (BRASIL, 2016).

Entretanto, o que se observa na maioria dos municípios brasileiros, dentre eles, a cidade de Olinda, é que grande parte dos agricultores familiares locais não são conhecedores dessas políticas, outros conhecem, mas não estão aptos a usufruírem de tais benefícios, uma vez que não atendem critérios básicos como: a posse legítima da terra que de fato possuem, e/ou não se encontram articulados à organizações classistas.

Outra situação recorrente diz respeito ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) - nos quais os alimentos produzidos pelos agricultores poderiam ser adquiridos para compor a dieta de instituições públicas municipais, como creches, escolas, asilos, hospitais; no entanto, essa prática não é observada em Olinda, pois a escola não realiza o preparo das refeições, as mesmas são adquiridas já prontas e observa-se, inclusive, a oferta de alimentos industrializados ao alunado da rede pública municipal.

Para Couto (1999), com a interiorização econômica e social das políticas públicas, o Brasil tem na agricultura familiar uma alternativa para garantir a segurança e soberania alimentar de seu povo, superando a pobreza, uma vez que a referida agricultura fornece uma infinidade de produtos que possibilitam uma alimentação balanceada e preservam os alimentos tradicionais, proporcionando assim, a agrobiodiversidade.

Além disso, a agricultura familiar impulsiona a economia local, promovendo o resgate da cidadania desses indivíduos e a revalorização do meio rural, uma vez que confere autonomia aos sujeitos e ao processo em questão, por vezes percebido, seja quando o produtor abandona o papel de coadjuvante e ganha caráter de protagonista na escala produtiva, dispensando, a figura do atravessador; seja beneficiando os seus próprios produtos - agregando mais valor a ele; seja se organizando socialmente enquanto classe, através de cooperativas, associações, dentre outros, fortalecendo a sua identidade social e a sociedade, favorecendo assim a sustentabilidade econômica e sociocultural dos cidadãos.

Para Teixeira & Lages (2010) As concepções de ruralidade e urbanidade variam de acordo os aspectos históricos e territoriais no mundo, apresentando vários critérios de classificação e com conceituações polissêmicas, as quais poderão

motivar outro estudo. O cenário rural contemporâneo brasileiro demonstra diversas transformações, de caráteres quantitativos e qualitativos, podendo-se destacar os de maior relevância o fato de o Brasil ser considerado atualmente um país urbano (75% da população é urbana), entretanto, a agricultura representa 10% do Produto Interno Bruto – PIB.

Outra questão é adaptação sofrida pelo território rural, que abandona as características de setor primário da economia para abarcar, concomitantemente, os setores secundário e terciário, graças a mudanças socioculturais sofridas a partir da otimização da acessibilidade e da mobilidade dos seus atores (TEIXEIRA & LAGES, 2010). Logo, o camponês pode ser urbano e é cada vez mais, graças, fundamentalmente, aos avanços do meio informacional e das telecomunicações.

A academia, representada pelo arranjo interdisciplinar de variadas ciências, traz consigo a nova terminologia da ruralidade como uma definição moderna do mundo rural, permeado de atores e relações sociais, submetidos ao modelo de desenvolvimento capitalista vigente, que lhes confere flexibilidade para realizar serviços variados, além do âmbito agrícola, contemplando até os serviços de natureza ambiental.

Em contrapartida, os gestores da política agrária, representantes do Estado frente à questão fundiária, também submetidos à lógica capitalista globalizada, na sua maioria incentivam as transformações tecnológicas do campo, e por vezes, realizam a compensação social dos menos favorecidos, apesar de se aterem às questões assistencialistas, sem modificar velhos paradigmas estruturais da questão.

1.4 Conflitos e resistências da agricultura familiar na contemporaneidade.

O universo rural da atualidade encontra-se distanciado da proposta de outrora, concebida como ambiente atrasado e voltado exclusivamente para práticas de produção agropecuária, contudo, a conflitualidade agrária, em sua essência, permanece a mesma, inclusive com a constituição dos seus atores sociais, uma vez que a disputa pela terra e o duelo entre as classes (campesinato e latifúndio) atravessou o tempo. Dessa forma, o processo da ruralidade brasileira segue marcado pelo jogo de interesses que esses conflitos denotam e pela relação que o rural estabelece com o meio urbano.

A nova conjuntura da agricultura brasileira, denominada de modernização conservadora da agricultura, estrutura-se a partir do desenvolvimento do modelo patronal da monocultura (formado desde a colonização), e da agro exportação, fragilizando assim, os laços que conferem a identidade cultural, social, econômica e histórica do campesinato, aprofundando o cenário conflituoso no campo.

Almeida (2009) também confirma que no Brasil, na década de 60, surgiu o advento da Revolução Verde, com a consecutiva modernização da lavoura, que teve como objetivo atribuir caráter meramente técnico aos debates sociais sobre a fome no mundo, contrapondo-se ao debate político que a Revolução Chinesa, Camponesa e Comunista, de 1949, se propunha.

A partir de então, estabeleceu-se uma tendência a substituir o termo latifúndio por agronegócio, conferindo-lhe uma nova roupagem, já que o modelo latifundiário estava atrelado a um modelo de atraso. No entanto, o novo termo, *agrobusiness*, permanecera com a mesma essência exploratória do passado, concentrando riquezas nas mãos das elites e mantendo ou agravando a situação de pobreza, a partir da expropriação do campesinato e da destruição do meio ambiente.

Dessa forma, a prática da agricultura familiar atende a perspectiva de bem público, pois o seu desenvolvimento traz benefícios não apenas ao mundo rural e a agricultura em si, mas à conservação do meio ambiente, a segurança alimentar das populações e a manutenção do patrimônio cultural da humanidade, em vistas ao seu caráter de multifuncionalidades e pluriatividades (BARBOSA *et al*, 2014)..

Wanderley (2014) refere que, em contrapartida as ocorrências desses conflitos de classes, ainda na década de 60, surgem focos de resistência camponesa, como o Movimento Sindical no campo e as Ligas Camponesas (essas tiveram início em Pernambuco, posteriormente, espalharam-se por todo o país), os quais reivindicavam a reforma agrária e a efetiva distribuição das terras, entretanto, esbarraram na questão política da propriedade da gleba, uma vez que os pequenos agricultores não possuíam a sua legalização, apenas a posse da terra.

Durante o governo militar os movimentos sociais passaram por um período de latência, voltando a ganhar força com o seu referido término e a instauração do processo de redemocratização do país, com a conseguinte expedição da Constituição Brasileira de 1988, aproveitando-se da conjuntura da época, em que o Estado se propunha a acolher as demandas sociais, dentre elas, as do campo.

A partir de então, eclodem na esfera social movimentos, como o Movimento Social dos Sem Terra – MST, na década de 80, conseguindo viabilizar o I Plano Nacional da Reforma Agrária e propiciando assentamentos rurais em todo o país. Na esfera política, ocorrem propostas com vistas a diminuir as desigualdades econômicas e sociais entre esses grupos, como o Programa Nacional da Agricultura familiar- PRONAF, na década de 90, que se propõe a viabilizar o financiamento dos pequenos agricultores, de forma a promover a sua inserção no mercado.

Ainda que várias tentativas de inclusão tenham sido empreitadas, o que se observa nos dias atuais é a crescente pobreza no campo, fomentada pelo viés das políticas públicas ao urbano, formada em grande parte, pela exclusão e consequente marginalização do agricultor familiar, em detrimento ao modelo agroindustrial; podendo ser avaliada pelas variáveis de sua "inserção no mercado de trabalho, renda familiar corrente, acesso a terra, acesso à educação, perfil demográfico das famílias e condições de vida", *apud* Dedecca *et al* (WANDERLEY, 2014), que mostram-se com índices precários ou insuficientes.

Para Silva (1997), a transformação do mundo rural, na contemporaneidade, pode ser atribuída às revoluções agrícolas anteriores, que proporcionaram a incorporação de novas tecnologias ao campo, com maquinários, telecomunicações e informação, de tal forma que se torna difícil diferenciar o rural do urbano, concebendo-se um conceito relativo dos mesmos, onde a predominância do urbano avança sobre o rural, uniformizando-o, transformando-o em um *continuum* do urbano. Esse novo modelo pode ser denominado de novo mundo rural.

Contudo, essa continuidade, estabelecida a partir do "transbordamento do urbano no rural", diz respeito à dimensão geográfica, que contempla os aspectos físicos, econômicos e sociais do território rural, requisitando políticas públicas capazes de atender as necessidades essenciais dos indivíduos (moradia digna, água encanada, energia elétrica, coleta de lixo, equipamentos de saúde, educação e lazer, segurança, pavimentação de vias, dentre outros), viabilizando o acesso das pessoas aos bens e serviços públicos, situação que outrora só era percebida como necessidade eminentemente urbana.

Para Carneiro (1998), apesar das mudanças impostas ao campo a partir da globalização e, por consequência, do capitalismo, vivenciadas na contemporaneidade, é precipitado afirmar que o rural é a continuidade do urbano, ou que o rural será extinto pela superposição do urbano em seu território.

Considerando-se que as trocas simbólicas, pessoais e materiais do ambiente urbano com ambiente rural e vice-versa, nem sempre ocasionaram a descaracterização cultural do meio, podendo apenas favorecer a heterogeneidade social, conferindo-lhe novas proposições de ruralidades.

Dessa maneira, se observa no Brasil, fenômenos que corroboram para o desenvolvimento de um novo modelo rural, verificados por duas linhas fundamentais: a primeira diz respeito a importante redução das pessoas ocupadas exclusivamente da agricultura no país, uma vez que a maioria dos pequenos agricultores reorienta a sua capacidade produtiva para outras atividades (pluriatividades – turismo rural, artesanato, produtos artesanais), utilizando-se da própria natureza como bem de consumo, em alternativa ao êxodo rural de outrora, ao desemprego que áreas urbanas apresentam e ao modelo capitalista vigente.

A segunda linha, atrelada à primeira, diz respeito à busca do campo como opção de lazer ou residência, fenômeno evidenciado a partir da década de 70, fortalecido pelo pensamento ecológico da década de 90 e pelos atuais valores da sociedade (valores alternativos, neo-ruralista e antiprodutivistas), que concebem o campo como “purificador” do modelo urbano, industrial (CARNEIRO, 1998).

Logo, enganam-se aqueles que acreditam que as questões do campo dizem respeito apenas àqueles que vivem do campo e que está resolvida com o progresso estabelecido a partir do desenvolvimento urbano do mesmo. Trata-se de uma questão mais ampla, que suscita a participação e politização de toda a sociedade, em favor do cumprimento da função social da terra, que preconiza o “bem-estar daqueles que nela labutam, assim como de suas famílias”, conforme descrito no Estatuto da Terra (1964).

2. CONFLITOS TERRITORIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ÁREA RURAL DE OLINDA – PE

Rosemberg (2013), faz considerações acerca da fragmentação escalar, afirmando que o recorte em escala maior, contempla as generalidades e dessa forma, a homogeneidade do processo, já a escala de menor grandeza demostra riqueza de detalhes, de especificidades, e portanto confere heterogeneidade ao estudo geográfico. Sob esse olhar heterogêneo, buscando detalhes do território, é que se faz necessário nesse momento a inclinação da pesquisa para a Zona Rural de Olinda – PE, aproximando-se do objeto em questão, reconhecendo as especificidades das dinâmicas locais, seus conflitos e os atores sociais envolvidos.

2.1 O Território e a Conflitualidade Agrária

É primordial a apropriação do conceito de território, já que os conflitos agrários são estabelecidos a partir da disputa pela terra. Apesar de ser conteúdo de exame rotineiro na Geografia, etimologicamente a palavra território deriva o latim *terri* que significa Terra, e *torium* que denota ideia de pertencimento. Logo, não há como falar de território sem falar de poder, tampouco se pode falar da questão agrária sem falar de território.

Uma das maiores contribuições na Geografia sobre a questão do território é a obra de Claude Raffestin – *Pour une Géographie du Pouvoir* (1983). Nesse livro, o autor toma como ponto central das suas discussões as interfaces entre o poder, o espaço, o Estado e a sociedade. Dialogando com produções advindas de áreas fronteiriças da Geografia – como os escritos de Foucault, acerca da relação saber-poder. Raffestin insere-se nos debates percebendo o poder como um dispositivo essencial no processo de (re) definição e legitimação do conceito de território. Ele defende a ideia de que o espaço antecede o território, desempenhando um caráter político muito forte, uma vez que o Estado legitima esse poder, seja em escalas locais ou globais, sendo produzido a partir da ação dos atores no espaço (RAFFESTIN, 1983).

O território está no campo das subjetividades humanas, não devendo ser mensurado apenas pela sua materialidade física, mas pela compreensão do contexto em que as pessoas estão inseridas, levando-se em conta os indivíduos,

suas histórias, suas percepções, condutas e relações com a coletividade e o meio que o cerca, porque esse contexto, por vezes, denota suas ações, seu comportamento.

> O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2000, pg. 96).

Ao avaliar a categoria de análise da matéria agrária, observa-se a perpetuação da sua conflitualidade ao longo do tempo, ganhando amplitude a partir da estruturação do capitalismo, que promove um abismo de desigualdades econômico-sociais que refletem injustiças também no âmbito do campo. Entende-se que essa conflitualidade está sedimentada na questão territorial, já que tudo gira em torno da posse da terra. O Estado, por sua vez, atendendo a legitimidade do seu papel original, de regulador de políticas públicas, surge na perspectiva de mediador desses conflitos.

> A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. [...} Para compreendê-la em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural, formadores de diferentes organizações sociais (FERNANDES, 2004, p.2).

Logo, o conflito pode ter um fim, a conflitualidade, não. Ela pertence a uma esfera ampla, na qual o território está profundamente imbricado. Os capitalistas, com suas práticas territoriais de expropriação dos camponeses, utilizam-se da

desterritorialização, favorecendo a continuação da conflitualidade e do desenvolvimento; assim como os camponeses, com suas práticas de resistência, usam a reterritorialização, através da ocupação das terras, colaborando para a continuidade do conflito e, portanto, do desenvolvimento agrário; uma vez que o conflito não é um fenômeno à parte do desenvolvimento, nem pior ou melhor que ele, mas se funda na sua raiz (FERNANDES, 2004).

> Mais recentemente tem sido abordada uma desterritortallzação relacionada à efetiva apropriação e ao domínio do espaço (no sentido de LEFEBVRE, 1984), especialmente aquela ligada aos processos de exclusão socioespacial. [...] Trata-se aqui, de fato, de uma desterrilorlalização como perda do acesso à terra - terra vista não só no seu papel de reprodução material. num sentido físico (como na principal bandeira do Movimento dos agricultores Sem Terra), mas também como *locus* de apropriação simbólica. (HAESBAERT, 2003, p. 18).

Conforme foi estudado, a questão conflitualidade agrária é um debate que perdura durante toda a história, sendo definido a partir da dicotomia da concentração de riqueza para uns e da acentuação da pobreza para outros, fomentado pelo sistema capitalista. Contudo, os conflitos de classes gerados a partir dessa retórica estão longe de ser esquecidos ou sanados, tampouco, são considerados como situações alheias ao desenvolvimento do território agrário.

Para Fernandes (2004), se de um lado está o rico fazendeiro, proprietário de grandes extensões de terras, conduzido pela lógica da agricultura capitalista, agora globalizada e aperfeiçoada, com vistas à alta lucratividade, assumindo a roupagem do agronegócio, politicamente bem representado pela bancada ruralista no Congresso Nacional, cuja imagem, midiaticamente constituída, está vinculada ao progresso; de outro, se encontra o camponês, correlacionado, muitas vezes, ao agricultor familiar, proprietário ou não das terras, cuja representação ocorre pelas organizações de classe ou por movimentos sociais de luta, como o MST, atrelado a uma figura criminalizada. Entendendo-se o choque desses interesses, o conflito fica estabelecido.

O conflito é o estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas, que buscam por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação, que acontece com a vitória,

a derrota ou o empate. Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser “esmagado” ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não (FERNANDES, 2004).

> Essas duas *condições*, a reprodução ampliada das contradições do capitalismo e da política camponesa de construção de sua existência, geram a conflitualidade que projeta diferentes modelos de o desenvolvimento. A conflitualidade resulta do enfrentamento das classes. De um lado, o capital expropria e exclui; de outro, o campesinato ocupa a terra e se ressocializa. A conflitualidade gerada pelo capital em seu processo de territorialização, destrói e recria o campesinato, excluindo-o, subordinando-o, concentrando terra, aumentando as desigualdades (FERNANDES, 2004, p. 8).

Segundo Fernandes (2004), a partir da década de 90, a categoria de análise de desenvolvimento rural deixa de ser setorial passando a ser pautada no território (conforme discutido no Cap.1), a partir de uma proposta capitalista. É denominada de monocultura institucional e denota o pensamento consensual, de caráter ofensivo, neoliberal, representado pelo controle político do debate público acerca do território, de forma que há uma negação dos conflitos e a proposição de um modelo de desenvolvimento sustentável sem maiores objeções por parte dos atores sociais. Funciona nessa lógica o Banco Intramericano de Desenvolvimento – BID e o Banco Mundial, credores da estrutura fundiária brasileira.

Considera-se como um conceito-*fashion* acerca do território, é replicado pelos governos, pela academia e por alguns movimentos sociais, cujo caráter também se ancora no controle político da questão, não há a valorização do território no seu sentido mais amplo, no campo das subjetividades constituídas de Milton Santos, nas vivências dos seus atores sociais. O território soa com caráter fetichista, como um conceito muito difundido e aceito no momento, favorecendo a eloquência de quem discursa, entretanto, sem a devida representatividade que sua constituição apresenta.

2.2 Retrospectiva histórico-política da ocupação do solo na Zona Rural de Olinda – PE

O objeto elencado para corroborar a existência dos fenômenos discutidos anteriormente foi o município de Olinda – PE, cidade da Região Metropolitana do Recife - RM, fundada em 1535, por Duarte Coelho, uma das mais antigas do país, cidade sobrepujança urbana e com perfil demográfico elevado (OLINDA, 2016), possui um núcleo rural que se revela como um cenário de confluência de variados interesses e de lutas territoriais permanentes.

Para o entendimento da conflitualidade na Zona Rural olindense, faz-se necessário um preâmbulo sobre a retrospectiva histórica e política da ocupação daquele território. De acordo com Souza (2008), a Zona Rural de Olinda - PE é um território marcado por diversos conflitos que envolvem a posse da terra ao longo da história, tendo como principais protagonistas os agricultores/posseiros e os grupos capitalistas de interesses variados, onde a ocupação inicial aconteceu pela população originária - os índios. Com o advento da apropriação portuguesa, se estabeleceu a atividade açucareira, no primeiro engenho da Capitania de Pernambuco, o então Engenho Nossa Senhora da Ajuda (1542).

Nas suas derivações em Engenho Fragoso e Forno da Cal (Engenho Velho), o Engenho Nossa Senhora da Ajuda foi substituindo a atividade agrícola pouco a pouco pela exploração de calcário, minério abundante na região. Em 1904, a área do Forno da Cal foi adquirida pelo Sr. José Antônio de Almeida Pernambuco - Dr. Pernambuco, que concedia terras aos seus empregados (que atuavam no Matadouro), para que cultivassem vegetais e pequenos animais, no entanto, as unidades agrícolas vão se estabelecendo a partir de 1930, seja a partir dessas doações ou das invasões das terras (SOUZA, 2008).

O Matadouro Industrial Municipal de Olinda, localizado no bairro de Peixinhos, iniciou a sua construção em 1874, porém só foi inaugurado em 1919, representou grande progresso para a região, atraindo pessoas de vários lugares, inclusive trazendo uma proposta de processamento de couro para o local, através do Curtume

Santa Maria. O complexo encerrou as suas atividades em 1970, sendo parcialmente reformado nos anos 2000 com uma nova proposição, o Nascedouro de Peixinhos[1].

Ilustração 2: Visão atual da Torre do Relógio do Nascedouro de Peixinhos.

Fonte: ARAÚJO, 2016.

1 O Nascedouro de Peixinhos é um espaço onde anteriormente funcionava o Matadouro, surgindo por iniciativa da comunidade local, carente de um espaço de cultura e lazer, pressionando o poder público, em substituição à criminalidade instalada (MACHADO, 2003).

Segundo as pesquisas de Souza (2008), em 1944, o senhor Antônio Ferreira da Costa Azevedo, conhecido como tenente Catende - industrial da Usina Catende, adquiriu as terras de Forno da Cal e as transformaram na empresa Novas Indústrias Olinda Sociedade Anônima – NOVOLINDA S/A, iniciando a incorporação de empreendimentos imobiliários no município, além também de agir nas reservas de fosfato do subsolo.

Concomitantemente a esse feito, o engenho Fragoso foi adquirido pela Companhia das Indústrias Reunidas Olinda – CIRO, que se propôs ao ramo imobiliário, usufruindo de amparo legal, apesar de também exercer a exploração do fosfato.

Mais adiante, a NOVOLINDA e a CIRO se fundiram e originaram a Fosforita Olinda Sociedade Anônima - FASA, na expectativa de potencializar a extração mineral local para alavancar a indústria nacional de fertilizantes, sendo conclamada, pelo então presidente da república, Juscelino Kubitschek (em 1958), como meta de seu governo para alavancar o desenvolvimento do país, afirmando que “o adubo é tão essencial quanto o aço e a energia elétrica”. Estima-se que a FASA detinha 1/3 das terras olindense (SOUZA, 2005).

> Acredita-se que o apoio recebido do governo federal foi imprescindível ao processo de organização espacial da FASA no território olindense. Os equipamentos utilizados no processo produtivo de beneficiamento do fosfato, tais como, edifício de secagem, moagem e ensacamento, conjunto de silos para drenagem de fosfato úmido, espessador para separação de finos, hidro separador, etc., como também o escritório da empresa, foram implantados na proximidade da então Estrada de São Benedito, atualmente Avenida Presidente Kennedy, no bairro de Peixinhos. Essa via representava o acesso a outros eixos viários que permitiam chegar ao porto do Recife (cerca de 8 km) a produção mineral [...] A energia elétrica veio diretamente da Chesf, através da linha de transmissão Mirueira-Fosforita (SOUZA, 2005).

Esse feito atraiu muitas pessoas do interior de Pernambuco e até mesmo de outros estados para a região e novamente se observou a prática de fixação desses trabalhadores nas terras da FASA, a partir de sua concessão para cultivo e criação de animais, havendo uma preocupação da empresa em contemplar as necessidades sociais dos trabalhadores (educacionais, religiosas, de moradia, dentre outras),

objetivando fixá-los na região para usá-los como mão de obra. Dessa forma foi edificada uma igreja, devotada a Nossa Senhora da Ajuda e uma escola de ensino fundamental, denominada de Antônio da Costa Azevedo, ambas ativas até hoje (SOUZA, 2005).

A área que hoje representa a Zona Rural de Olinda compreende a área, que no passado, correspondeu à reserva de terras da FASA (para a exploração futura de fosfato) e as terras concedidas a seus trabalhadores; assim como a área cedida por Dr. Pernambuco, no inicio do século XX, aos trabalhadores do Matadouro; transformando a região em um reduto de agricultura familiar no município.

Souza (2005) relata que em 1953, iniciou-se, de fato, a exploração do fosfato, assim como as tentativas de expulsão dos agricultores/trabalhadores que residiam na Zona Rural, uma vez que a FASA percebeu a real perda de suas terras. Para Souza (2011), indenizações irrisórias foram concedidas a alguns moradores e apesar de toda coerção capitalista, as invasões da área continuaram. No fim da década de 60, por inferências do mercado nacional e internacional, a Fosforita faliu. A CIRO e a NOVOLINDA se separam e buscaram a alternativa de lotear algumas de suas áreas no município, tendo o auxílio do Sistema Financeiro de Habitação e do Banco Nacional de Habitação – BNH.

Destaca-se ainda que após o fechamento da Fosforita, continuou existindo uma empresa de adubo na região, entretanto, apresentando outros nomes. Até bem pouco tempo, funcionava, nos domínios da FASA, uma distribuidora multinacional de fertilizantes, que importava e fornecia adubo para grande parte dos engenhos pernambucanos, a Yara Brasil Fertilizantes, que foi fechada a cerca de 2 anos. Atualmente encontra-se à venda a sua antiga área.

Ilustração 3: Área da empresa Yara Brasil Fertilizantes à venda.

Fonte: ARAÚJO, 2016.

Havia uma preocupação de contemplar as necessidades sociais dos trabalhadores (educacionais, religiosas, de moradia, dentre outras), também objetivando fixá-los na região. Dessa forma foi edificada uma igreja, devotada a Nossa Senhora da Ajuda e uma escola de ensino fundamental, denominada de Antônio da Costa Azevedo, ambas ativas até hoje (Ilustração 4).

Ilustração 4: Igreja Nossa Senhora da Ajuda e Escola Costa Azevedo.

Fonte: ARAUJO, 2016.

Surgiram outros grupos que se juntaram a CIRO e à NOVOLINDA para empreender no ramo imobiliário, sendo influenciados pelo governo militar da época, cujo objetivo era popularizar o acesso à habitação, em especial das camadas menos favorecidas. Em meados da década de 70, a FASA, agora sob a direção do grupo empresarial Fernando Rodrigues, tentou retomar a competitividade de outrora, mas isso não aconteceu.

Utilizando-se do Sistema Financeiro de Habitação e do Banco Nacional de Habitação – BNH, através de seus agentes promotores - Companhias de Habitação (Popular) - COHABs, o poder público local realizou parcerias com empresas privadas, utilizando-se do dinheiro público para oferecer uma infraestrutura adequada (urbanização) aos domicílios recém-construídos (água, luz, saneamento, pavimentação/acesso), repassando esses custos aos compradores das novas residências, dando origem a grandes conjuntos habitacionais e loteamentos voltados à população mais pobres, nas localidades de Peixinhos, Rio Doce, Jardim Brasil,

Ouro Preto, Cidade Tabajara e Jardim Conquista, áreas que circundam e pressionam a Zona Rural.

Quase todo município estava fadado ao parcelamento urbano do solo, a partir de loteamentos, exceto, a Zona Rural olindense, uma vez que originalmente estava submetida aos planos futuros de prospecção de fosfato da FASA, lhes pertencendo de fato; e pela questão da concessão da posse de suas terras a uma população genuinamente rural, tanto na origem da maioria dos seus trabalhadores que era das áreas rurais pernambucanas (Machados, Araçoiaba, Aliança, Vitória de Santo Antão, dentre outros), quanto no desempenho de suas atividades agropecuárias. Entretanto, o grupo Fernando Rodrigues (que adquiriu a FASA anteriormente), se fundiu com a empresa baiana Paskin, fazendo com que o fantasma dos loteamentos voltasse a atormentar os agricultores olindenses, pleiteando a posse de suas terras (SOUZA, 2011).

Vestígios do grande empreendimento da época se encontram com a área circunvizinha à venda (também pertencentes ao grupo Fernando Rodrigues), nos bairros de Jardim Brasil e Peixinhos, como a área dos silos e do forno dedicados à secagem e estocagem do fosfato, atualmente com um dos silos sendo aproveitados como caixa d'água de um conjunto residencial. Destaca-se que é uma das poucas áreas para empreender no ramo imobiliário, uma vez que a cidade não tem mais para onde expandir moradias.

Ilustrações 5, 6, 7 e 8: Silos e forno da Fosforita na Rua Vasco Rodrigues em meio à expansão imobiliária.

Fonte: ARAÚJO, 2016.

Desde então, vários dispositivos legais do poder público tentam auxiliar a conservação e o desenvolvimento do território rural em questão, chegando, em alguns momentos, a se fundirem ou se complementarem, uma vez que a questão da expansão urbana está atrelada à expansão de parcelamento do solo na área rural das Regiões Metropolitanas, já que muitas vezes essas regiões são menos adensadas.

A Zona Rural de Olinda manteve-se protegida até então, influenciada por dispositivos legais anteriores, oriundos de todas as instâncias públicas - federal, estadual e municipal, as quais contemplavam a não fragmentação de suas propriedades fundiárias e a ordenação dos loteamentos da área urbana e Região Metropolitana – RM. Contudo, cabe ao prefeito e ao INCRA a decisão sobre o loteamento ou a manutenção das áreas rurais, levando em consideração os critérios de patrimônio histórico, paisagístico, arqueológico e/ou cultural (SOUZA, 2011).

Gouveia e Ribeiro (*apud* Souza, 2011), apontam que a Lei Federal N^{o} 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, deveria ser revista em vários pontos, em especial, ao que atendia ao contexto socioambiental, uma vez que poderia servir como instrumento de legalização para as propriedades rurais em todo país, abandonando a informalidade historicamente concretizada, já que a referida lei foi anterior ao Estatuto das Cidades - criado em 2001 (BRASIL, 1979).

Uma medida estadual da década de 80, do então governador Marco Maciel, o Decreto N^{o} 6.347/80, atribui ao Fidem, atualmente, Condepe / Fidem - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (2016), a avaliação (por meio de base cartográfica) e a autorização para dar seguimento junto à Prefeitura, ao processo de parcelamento do solo. Outro feito desse período foi o estabelecimento de normas para melhorar o registro de imóveis no estado de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2016).

Segundo Souza (2008), finalmente em 1983, surge no âmbito municipal, a Lei N^{o} 4.393/83, que trata do Zoneamento Rural da cidade de Olinda, o qual foi historicamente constituído pela empreitada, sem êxito, em 1971, dos trabalhadores rurais das áreas da FASA, ao buscar apoio, do então governador Eraldo Gueiros Leite, para que suas propriedades não fossem transformadas em loteamentos urbanos. Esses agricultores foram apoiados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulista e Olinda (criado em 1963), lutando pela sua permanência na terra, recorrendo às instâncias que extrapolaram o âmbito municipal/estadual.

Auxiliados pelo prefeito da cidade José Arnaldo - fazendo jus ao seu compromisso de campanha eleitoral, junto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; a Prefeitura Municipal de Olinda – PMO, na Secretaria de Ação Comunitária; o Fidem; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco – FETAPE; e as lideranças rurais pernambucanas; tentaram demonstrar através do levantamento dos imóveis da Zona Rural, características que os legitimassem como rurais, enfatizando o cultivo/manejo de hortifrutigranjeiros próximo à área urbana, com ênfase nos múltiplos benefícios que poderiam trazer à cidade: conservação/proteção do meio ambiente, garantia de alimento de qualidade aos munícipes, reconhecimento do pequeno produtor rural, e a questão controversa de reserva de terra para abarcar um desenvolvimento futuro da cidade, viabilizando o zoneamento. Outro argumento, utilizado pela própria Prefeitura, pautou-se na morfologia do terreno, afirmando que o declive (particularidade do relevo da Zona Rural olindense) era superior a 30%, o que caracterizava a área como ambiente rural (SOUZA, 2008).

Data-se dessa época, vários conflitos entre os agricultores e o grupo do imobiliário Mirante, parceiro do grupo Fernando Rodrigues, culminando em ameaças e perseguição de agricultores, destruição de pomares e domicílios agrícolas, além de desapropriação de terras por interesses privados ou públicos, como para viabilizar a construção de novas possibilidades viárias. Nessa perspectiva, surgiu a 2ª Perimetral Norte (Av. Senador Nilo Coelho), uma das principais vias de acesso à Zona Rural olindense, originalmente formulada para ligar o trecho que vai do Rio Beberibe até o bairro de Casa Caiada, no entanto, não aconteceu dessa forma, indo apenas até a PE-15 (SOUZA, 2011). Atualmente conta com investimentos federais do Programa de Aceleração de Crescimento – PAC/Mobilidade, para a sua expansão e adequação à Via Metropolitana Norte, ainda que siga como obra atrasada e superfaturada (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2016).

Para Souza (2011), uma consideração contemporânea a essa época que merece destaque é o pleito feito pela família, da então vereadora de Olinda Jacilda Urquisa, pela posse mansa de 4 hectares de terras há mais de 30 anos, na região do Fragoso, nas quais foram realizadas benfeitorias e plantações, sendo lhes concedido usucapião. Ressalta-se o fato anterior da requerente ter sido advogada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulista e Olinda.

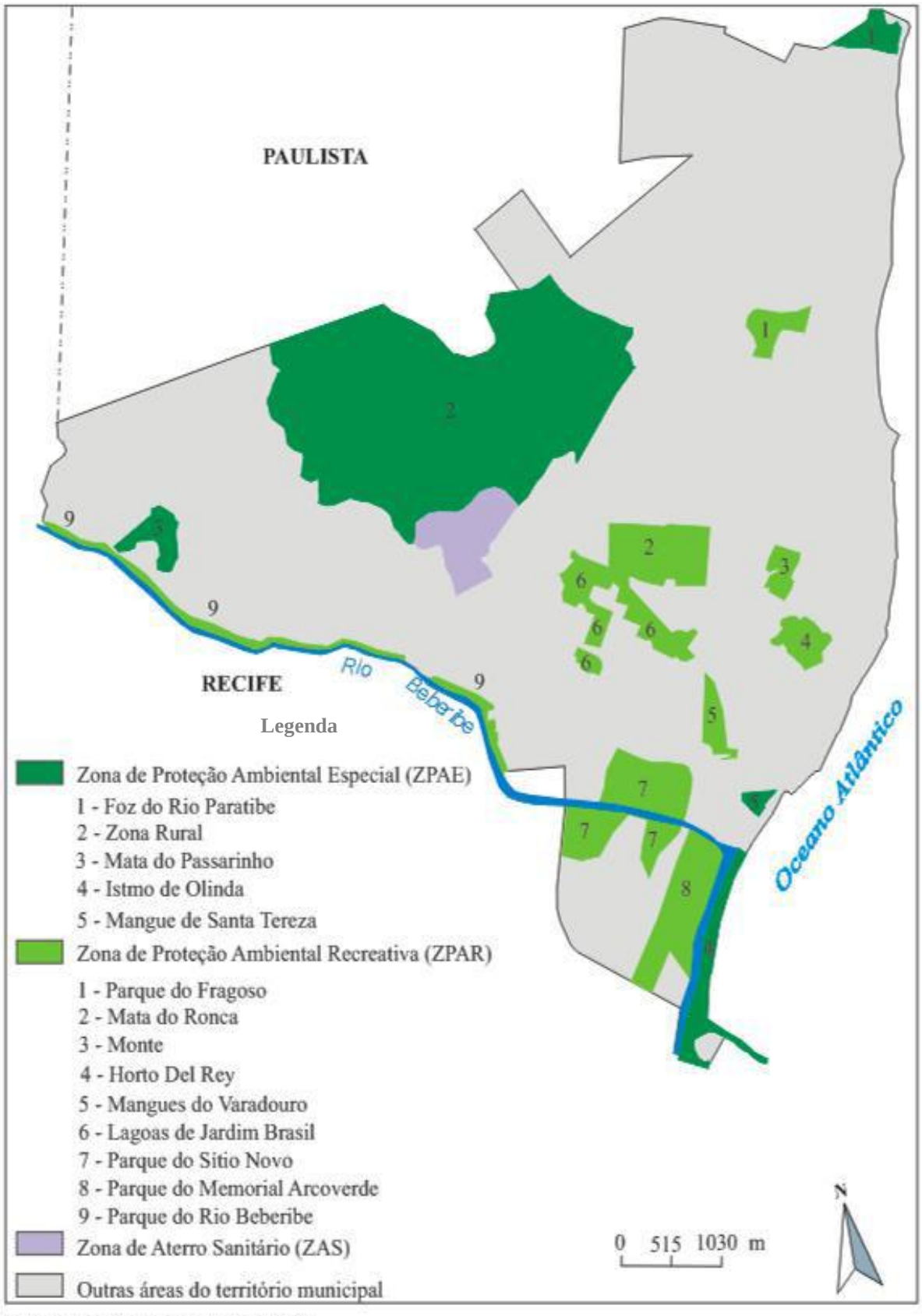
A Lei Estadual N^{o} 9.990/87, em consonância com a Lei Federal N^{o} 6.766/79, trata da divisão de terras na Região Metropolitana, dividindo-as em áreas urbanizável (passíveis de loteamento) e não-urbanizável, sítios históricos e reservas ecológicas, cujo exame e anuência ficam a critério da autoridade metropolitana (SOUZA, 2011).

Para Olinda (2016), em 1990, é criada a Lei Orgânica do Município, promulgada pelo prefeito Luiz de Barros Freire Neto, onde no Cap. VI, Título V, trata da criação de áreas de proteção especial, proporcionando proteção e conservação de aspectos históricos, ambientais e culturais. São elas: Horto de Del Rey; Sítios Históricos; Mata do Ronca; Lagoas do Jardim Brasil; Mata do Passarinho; e Área Rural.

Em 1997, na gestão da prefeita Jacilda Urquisa, atendendo aos parâmetros constitucionais do período, Olinda cria o seu primeiro Plano Diretor – PD, no qual no Capítulo V, trata da localização da Zona Rural e das Áreas Ambientais, caracterizando-as como área não-urbanizável. Entenda-se como área não urbanizável àquelas que não podem estabelecer o parcelamento do solo, pois sua estrutura fundiária tem função social, destinando-se apenas às atividades agrícolas e a preservação de meio ambiente (Souza, 2011).

Mais adiante, Olinda (2004), afirma que na gestão da prefeita Luciana Santos, houve uma revisão da primeira versão do Plano Diretor do município, dando origem ao PD 2004, cuja Seção de Divisão Territorial, no Art. 20, constituiu a cidade em 11 Zonas: I - Zona de Reserva Futura - ZRF; II - Zona de Consolidação da Ocupação - ZCO; III - Zona de Verticalização Moderada - ZVM; IV - Zona de Verticalização Elevada - ZVE; V - Zona de Proteção Ambiental Especial – ZPAE (ver Ilustração 9); VI - Zona de Proteção Ambiental Recreativa - ZPAR; VII - Zona Especial de Proteção do Patrimônio Cultural - ZEPCVIII - Zona Especial de Interesse Social - ZEIS; IX - Zona de Grandes Equipamentos - ZGE; X - Zona de Aterro Sanitário - ZAS; XI - Zona de Interesse Estratégico - ZIE.

Ilustração 9: Território Municipal de Olinda – PE: Zonas de Proteção Ambiental Especial, Proteção Ambiental Recreativa e Aterro Sanitário.



Fonte: Souza, 2011.

E detalha, no Art. 25, que a Zona de Proteção Ambiental Especial – ZPAE, consiste em uma área de conservação que objetiva a proteção do ambiente, pretendendo o melhoramento da qualidade de vida da população local. A ZPAE, em Olinda, compreendem 5 regiões, conforme indicou a ilustração 6: I - ZPAE 01 – Foz do Rio Paratibe; II - ZPAE 02 – Zona Rural; III - ZPAE 03 – Mata do Passarinho; IV - ZPAE 04 – Istmo de Olinda; V - ZPAE 05 – Mangue de Santa Tereza.

Destaca-se que ZPAE 02, a qual compreende a Zona Rural do estudo, possui legislação própria, pois foi considerada como uma área de zoneamento ambiental-econômico. Isso significa que há normas de uso e ocupação do solo, de acordo com as condições locais notadamente bióticas, hidrológicas, geológicas, urbanísticas, agrícolas, extrativistas e culturais, definindo que os perímetros de áreas de mananciais sejam considerados áreas "*non aedificandi*" (OLINDA, 2004).

Atualmente, na gestão do prefeito Renildo Calheiros, está em tramitação uma nova versão revisada do Plano Diretor Municipal (junho/2016), a qual se encontra na segunda fase de elaboração, correspondente à fase de diagnóstico e diretrizes preliminares. Julga--se que a Zona Rural constituirá um capítulo especial, tendendo a substituir a especulação imobiliária por oportunidades de lazer sustentável e ecoturismo, conforme preconiza os aspectos de sustentabilidade da Área de Proteção Ambiental - APA da referida área (OLINDA, 2016).

2.3 Caracterização da conflitualidade agrária na Zona Rural de Olinda – PE.

O Estado, nas instâncias federal, estadual e municipal, empreitou várias tentativas de proteção da área em questão, mantendo um arcabouço legislativo consistente e progressivo durante o tempo, proibindo o fracionamento das propriedades fundiárias na Zona Rural, conforme pode ser observado na Tabela 2

Tabela 2: Dispositivos legais que protegem a Zona Rural de Olinda – PE.

Legislação	Ano	
Lei Federal N° 6.766	1979	Recomenda a legalização das propriedades rurais no Brasil.
Decreto Estadual N° 6.347	1980	Cria o Fidem em Pernambuco para viabilizar o registro dos imóveis.
Lei Municipal N° 4.393	1983	Estabelece o Zoneamento Rural de Olinda.
Lei Estadual N° 9.990	1987	Estabelece o parcelamento do solo nas Regiões Metropolitanas, com a criação de Áreas Urbanizáveis e Não-urbanizáveis.
Lei orgânica do Município	1990	Proteção e conservação da Zona Rural de Olinda.
Plano Diretor	1997	Confere o título de área não-urbanizável à Zona Rural
Plano Diretor	2004	Proteção e conservação da Zona Rural de Olinda.
Área de Proteção Ambiental - APA	2014	Transformação da Zona Rural em APA.
Plano Diretor	2016	Em andamento

Fonte: ARAÚJO, 2016.

A Lei Federal N. 6.766/79, que recomendava a legalização das propriedades rurais no Brasil; o Decreto Estadual N. 6.347/80, que criou o Fidem em Pernambuco, com a finalidade de auxiliar no levantamento cartográfico para viabilizar o registro dos imóveis; a Lei Municipal N. 4.393/83 que viabilizou o Zoneamento Rural de

Olinda; a Lei Estadual N. 9.990/87 que trata do parcelamento do solo nas Regiões Metropolitanas - RM, com a criação de áreas urbanizável e não-urbanizável; o Plano Municipal Diretor (1997) que conferia o título de área não-urbanizável à Zona Rural; a Lei Orgânica do Município (1990) e o Plano Municipal Diretor (2004) que recomendavam a proteção e a conservação da Zona Rural; e há pouco tempo, a transformação da Zona Rural em Área de Proteção Ambiental – APA (em 2014), estabelecendo orientações específicas no que tange a sua ocupação e uso dos recursos naturais locais.

Em 17 de maio de 2014, a proposta de Área de Proteção Ambiental (de Sustentabilidade) – APA foi apresentada para a Zona Rural olindense. Entende-se por APA uma categoria de Unidade de Conservação – UC, podendo ser formada por diversas Unidades de Proteção Permanente – UPP, de propriedade pública ou privada, com características naturais e culturais, que apresentam a nuance da ocupação humana e o uso sustentável dos recursos, podendo ser de gestão municipal, estadual ou da União. Seus objetivos são: a proteção da diversidade biológica, a disciplinarização da ocupação do solo e o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2016).

É importante esclarecer que a APA Nascentes do Paratibe, como foi denominada a APA da Zona Rural, foi instituída mediante estudos locais prévios e consulta pública, segundo informações da gestão municipal. No entanto, o que se percebe em conversas com os posseiros e com o discurso do próprio secretário de Meio Ambiente, Sr. Roberval Veras, é que muitos deles desconhecem o fato e a legislação pertinente a APA, não foram consultados ou informados sobre tal mudança (a partir do preâmbulo de discussões anteriores a ela), e não sabem que benefícios poderão usufruir mediante tal medida.

Tanto a APA quanto a história de conflitos na Zona Rural parecem estarem adormecidas, viva apenas nas lembranças dos mais velhos. Na mesma linha, segue a percepção da sociedade civil olindense, não havendo participação efetiva da comunidade na consolidação do processo. É importante, contudo, ressaltar que a nomenclatura utilizada de agricultura familiar, se dá por conta do viés de gerenciamento do referido estudo, oriundo da ação que o poder público executa, ou deveria executar na área em questão.

No que diz respeito ao desconhecimento dos posseiros que desenvolvem a agricultura familiar na localidade, pode ser atribuído pelo fato deles não estarem

organizados socialmente, já que a área padece, a décadas, de ausências de associações, sindicatos, cooperativas ou qualquer outra organização de classe, e se mantém com produções individualizadas e independentes, uma vez que são os próprios agricultores e suas famílias os responsáveis pelo cultivo, colheita, distribuição e comercialização de seus produtos, não existindo intermediários no processo de produção.

Corroborando com essa incipiência, atualmente, observa-se nos domínios dessas terras, a propagação da prática capitalista confrontando a agricultura familiar local, fomentada principalmente pela questão imobiliária, que se estabelece de forma homogênea em toda Zona Rural: seja pela proposta de lazer descaracterizado da proposição de agricultura familiar local; seja pela fragmentação de algumas propriedades rurais, construindo novas edificações; seja fundamentada a partir parcelamento do solo com a proliferação de loteamentos clandestinos.

A Zona Rural olindense apresenta um grande potencial para o desenvolvimento de práticas de lazer e recreação, uma vez que possui características naturais atrativas, como resquícios de mata atlântica que abriga espécies da fauna e flora local, relevo com considerável altitude e aporte hidrográfico abundante.

Outra questão recorrente e que diz respeito à situação socioeconômica da população local são os posseiros que fragmentam a sua propriedade dando origem a novas edificações para abarcar os arranjos familiares contemporâneos, mediante a concessão de herança a filhos e netos que formam novas famílias e não dispõe de condições financeiras para efetuar a compra de sua casa própria.

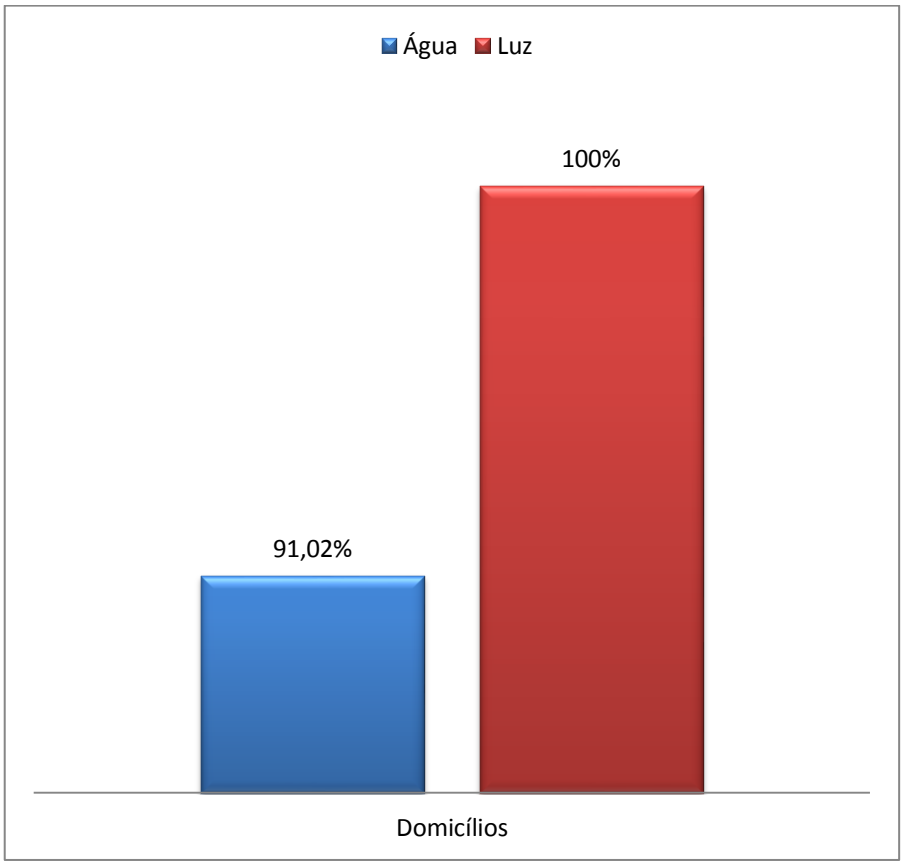
Os loteamentos clandestinos são evidenciados quando um sítio (de um ou mais hectares) origina vários lotes (em média, terrenos de 10 X 20 m^2), sendo vendidos a preços atrativos e com prazos facilitados, com ou sem entrada e prestações mensais fixas, sem nenhuma burocracia ou consulta aos órgãos de proteção ao crédito, tendo a transação legitimada como Transferência de Posse, no cartório de imóveis do município.

Sendo assim, a população pobre tem acesso fácil à moradia nas proximidades dos centros urbanos, Olinda e Recife. A maioria das edificações é de alvenaria coberta por telha, com energia elétrica, água encanada - a partir de perfuração de poços artesianos, coleta de esgoto por fossa séptica e coleta de lixo irregular.

Para demonstrar as características apresentadas, alguns indicadores socioeconômicos do Atlas de Desenvolvimento Humano (2010), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD foram utilizados (PROGRAMA 2016).

Na temática da Habitação, especificamente, foram escolhidos os indicadores: Percentual da população que vive em domicílios com água encanada e o Percentual da população que vive em domicílios com energia elétrica (PROGRAMA, 2016).

Gráfico 1: Abastecimento de água e luz elétrica nos domicílios da UDH Zona Rural.



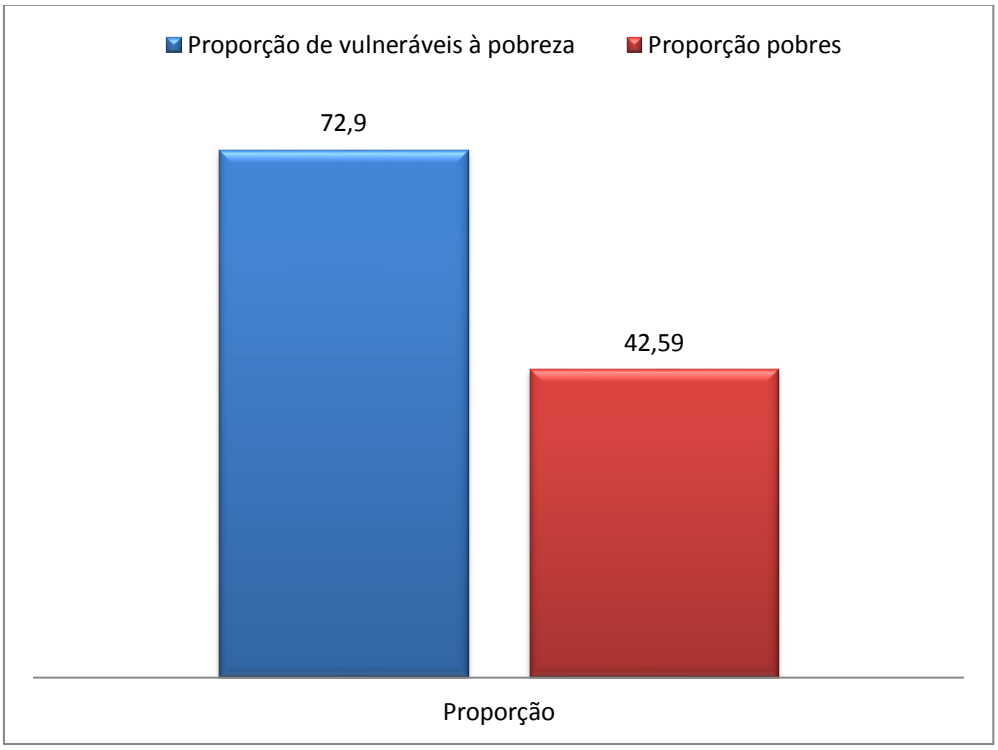
Fonte: ARAÚJO, 2106.

O gráfico 1 mostra que o abastecimento de água foi evidenciado em 91,02% dos domicílios, sendo a maioria atribuída à perfuração de poços, já que a região dispõe de um aporte hidrográfico abundante, com várias nascentes. No que se refere à energia elétrica, segundo o Atlas, 100% da área é atendida pela iluminação pública, no entanto, observações locais demonstraram que há pequenos trechos desprovidos de rede elétrica, os quais o acesso por via terrestre é difícil, por se tratar de resquícios de mata fechada.

De acordo com o Atlas (PROGRAMA, 2016), o indicador que contempla o lixo, o Percentual da população que vive em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo, limita-se às situações em que a coleta de lixo urbano é realizada diretamente por empresa pública ou privada, ou lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito fora do domicílio, para posterior coleta pelo prestador de serviço, sendo por isso desconsiderado, pois o seu uso possibilitaria um viés à pesquisa, cujo objeto é área rural.

Corroborando com as características domiciliares expostas encontra-se uma população de baixo poder econômico, identificada no Atlas (2010) a partir dos indicadores: Proporção de pobres e Proporção de vulneráveis à pobreza. Sabendo-se que a proporção de pobres compreende a proporção de indivíduos com renda familiar igual ou inferior a 140,00 reais, em reais de agosto de 2010, sendo o universo de indivíduos limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes; e proporção de vulneráveis à pobreza, que compreende a proporção de indivíduos com renda familiar per capita igual ou inferior a 225,00 em reais de agosto de 2010, equivalente a ½ salário mínimo nessa data, sendo o universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Gráfico 2: Proporção de pobres e Proporção de vulneráveis à pobreza da UDH área Rural.

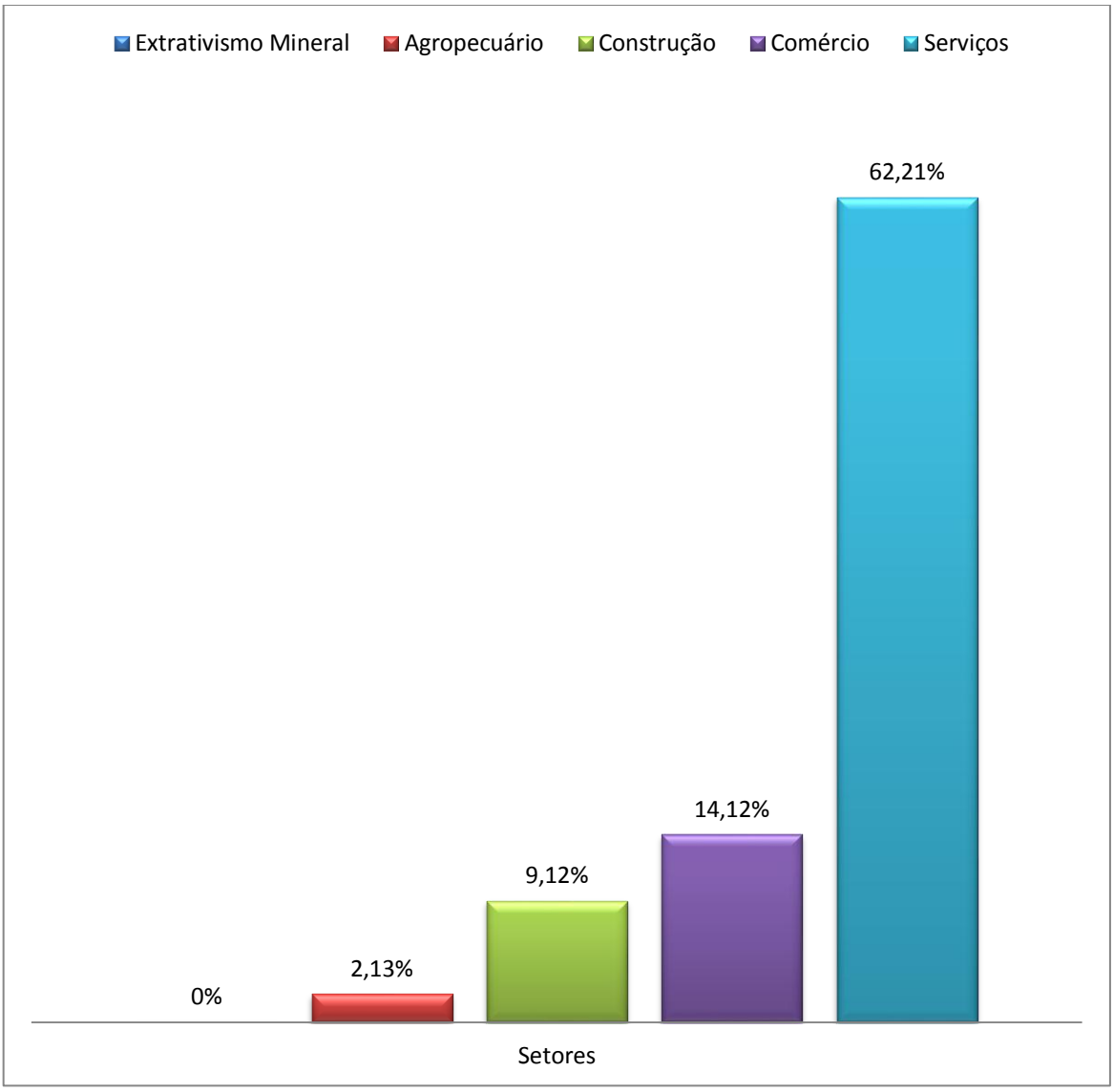


Fonte: ARAÚJO, 2016.

O gráfico 2 mostra a grande fragilidade econômica e social que compreende a Zona Rural, onde 72,9 pessoas estão vulneráveis à pobreza e 42,59 já são declarados como pessoas pobres.

Confrontando os aspectos de renda, faz-se necessário conhecer como está organizada a forma de trabalho na referida região. Usando a Atlas (2010), na área do trabalho foram selecionados os seguintes indicadores: Percentual de ocupados no setor agropecuário, Percentual de ocupados no setor comércio, Percentual de ocupados no setor de construção, Percentual de ocupados no setor extrativo de mineral, e Percentual de ocupados no setor serviços (PROGRAMA, 2016).

Gráfico 3: Proporção de ocupação nos setores extrativista, agrário, construção, comércio e serviços na UDH da Área Rural.



Fonte: ARAÚJO, 2016.

O gráfico 3 mostra a ocupação dos moradores maiores de 18 anos na Zona Rural olindense. No gráfico não foi evidenciada a prática extrativista mineral na área (0%), apesar de apresentar grande potencial de reservas de calcário e fosfato, e de evidenciar-se na área empresas que atuam na prospecção de água do subsolo. Há relatos de extrativismo animal e até mesmo vegetal, já que algumas pessoas declaram caça amadorística de animais como timbu, jacaré, cobra, dentre outros, para complementar a alimentação, e coleta de frutos diretamente da natureza, o que também caracteriza extrativismo - extrair da natureza aquilo que precisa para sobreviver, como animais, plantas e alguns minérios, circunstâncias que podem caracterizar a resistência da cultura camponesa local.

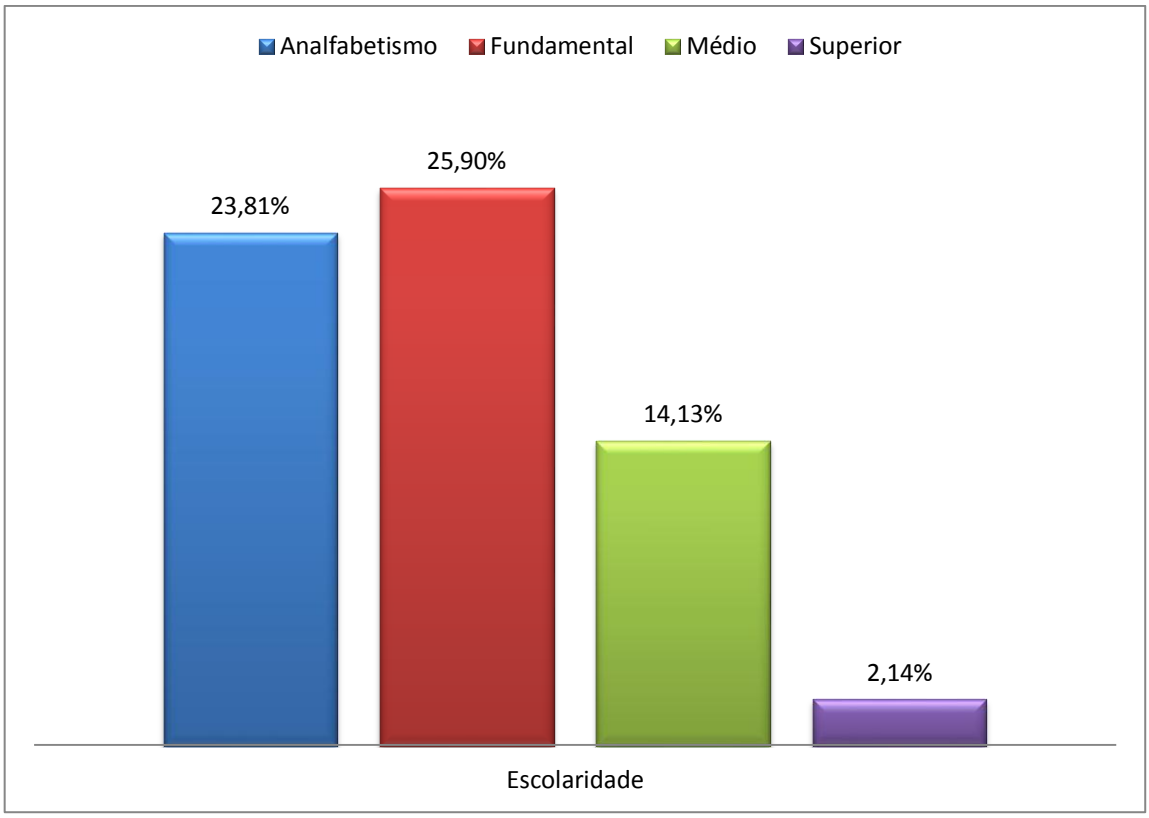
Outro dado relevante é o valor de 2,13% de pessoas que se ocupam da atividade agropecuária, constatado, em parte, pela observação direta na área, que mostra poucos moradores se dedicando à atividade agropecuária, menos ainda, aqueles que retiram o sustento exclusivamente desse manejo.

Há ainda aqueles que trabalham com o comércio, que denota 14,12% das pessoas.

A maioria dos domiciliados na Zona Rural trabalham com outras atividades, que não são elencadas como rurais, em especial no setor de serviços (62,21 %), que pelo discurso dos munícipes, se funde com o setor da construção (que sozinho abriga 9,12%), uma vez que a maior parte das pessoas de baixa escolaridade realizam trabalhos de pedreiro, eletricista e encanador.

Ratifica-se essas informações com o estudo da esfera da escolaridade, selecionada no Atlas (2010) a partir dos seguintes indicadores: Percentual de analfabetismo da população de 25 anos ou mais, Percentual da população de 25 anos ou mais com fundamental incompleto, Percentual da população de 25 anos ou mais com ensino médio completo, e Percentual da população de 25 anos ou mais com ensino superior incompleto (PROGRAMA, 2016).

Gráfico 4: Percentual de Escolaridade da População de 25 anos ou mais da UDH Área Rural.



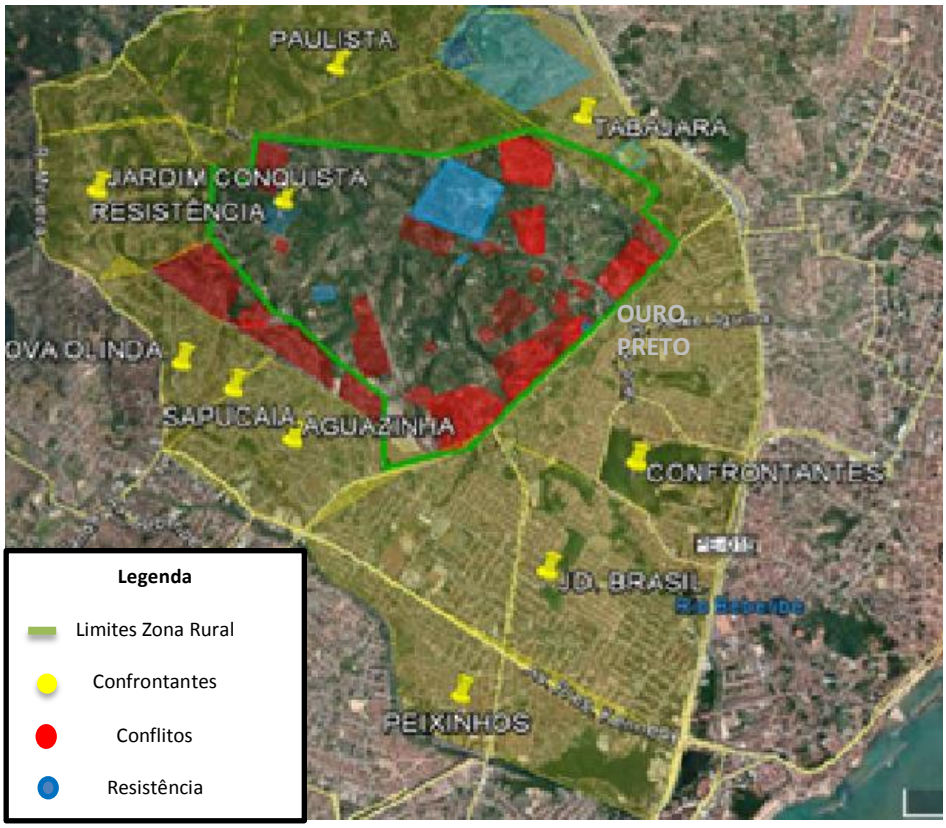
Fonte: ARAÚJO, 2016.

O gráfico 4 demonstra a baixa escolaridade da população adulta da UDH Área Rural, uma vez que 23,81% da população maior de 25 anos não é alfabetizada e apenas 25,9% concluiu o ensino fundamental. Apenas 14,13% declararam possuir nível médio e 2,14%, nível superior. No terceiro capítulo irá se observar que tratando-se da Zona Rural olindense, a maioria das propriedades que se sobressai tem os seus donos com escolaridade mais elevada, possuindo nível técnico, superior e até mesmo, pós-graduação.

A Zona Rural olindense abriga um panorama complexo de interesses historicamente estabelecidos pelo fenômeno da conflitualidade agrária. Atualmente, acomoda múltiplos conflitos, de ordem externa à área em questão: representado pelos os agricultores contra o poder público local; e de ordem interna: entre os posseiros locais, que continuam desenvolvendo a agricultura familiar, contra o capitalismo, representado pela especulação imobiliária local, que fez com que os outros posseiros abandonassem a agricultura ou não (transformando sua propriedade em loteamentos clandestinos, desenvolvendo práticas de lazer

descaracterizado ou dividindo a sua propriedade rural para familiares), conforme pode ser visto na ilustração 10.

Ilustração 10: Conflitos e confrontantes da Zona Rural de Olinda – PE.



Fonte: ARAÚJO, 2016.

A ilustração 10 mostra que a Zona Rural apresenta uma ocupação humana generalizada, fato que contribuiu para a sua transformação em APA (conforme discutido com os aspectos legislativos, anteriormente). Contudo, as áreas marginais são mais adensadas, em especial a oeste e ao sul da Zona, coloridas em vermelho, representando, de uma forma geral, os conflitos (de ordem imobiliária). Tal situação pode ser explicada pela proximidade que possuem com as áreas urbanas do município e pelo fato dessas áreas terem sido loteadas a mais tempo (nas décadas de 70 e 80). Tais áreas são confrontantes (fronteiriças) à Zona Rural, e correspondem aos bairros de Cidade Tabajara, Ouro Preto, Jardim Brasil/Peixinhos (com a proposta dos bairros mais recentes de Sapucaia e Aguazinha) e Jardim Conquista (com as propostas dos bairros mais recentes de Alto Nova Olinda e Alto da Conquista) – representadas em amarelo no mapa.

As áreas em vermelho compreendem a distribuição difusa de loteamentos, equipamentos de lazer descaracterizados e novas construções, e estão submetidas às adversidades deliberadas a partir do desenvolvimento urbano desordenado na região, fazendo eclodir necessidades coletivas de toda ordem – saúde, educação, meio ambiente, segurança, transporte, dentre outros. Observa-se ainda, áreas de resistência, coloridas em azul, que se destinam a focos isolados de práticas de agricultura familiar, coexistindo em meio ao conflito. Um detalhe importante aponta que a configuração territorial em questão muda rapidamente, surgindo novos loteamentos e construções a todo o momento.

3. PERCEPÇÕES ACERCA DA CONFLITUALIDADE NA ZONA RURAL DE OLINDA - PE

A conflitualidade agrária perpassa os limites das instituições historicamente envolvidas, como a religião, a política e até mesmo a ciência, já que se configura como legado social da humanidade, ainda que os cidadãos não se sintam envolvidos ou sintam-se envolvidos direta ou indiretamente no processo. Contudo, destaca-se o papel mediador de conflitos que o Estado possui, enquanto entidade pública, de natureza imparcial, mantenedora de justiça social e do processo democrático (FERNANDES, 2004).

Seguindo os parâmetros metodológicos traçados, corroborados pela observação do autor na localidade, busca-se conhecer os conflitos da Zona Rural de Olinda – PE, verificando as formas de resistência da agricultura familiar, e a atuação do poder público local, na atualidade. Para tanto, após as discussões foi construído um mapa (pág. 58), para o esboço da real situação da Zona Rural, de forma que ilustre o contexto da conflitualidade vivido pela agricultura familiar, anexando mais adiante.

3.1 Os múltiplos conflitos da Zona Rural de Olinda – PE

Apoiando-se na conjuntura da nova ruralidade brasileira, influenciada pela terceira revolução agrícola, fundamentada pela difusão dos meios informacional e das telecomunicações a partir década de 90, não há como falar no rural sem mencionar o urbano, ademais quando as áreas rurais das Regiões Metropolitanas – RM mostram-se como possibilidades de expansão dos territórios urbanos, sendo, portanto, alvos de disputa por espaço.

No caso da Zona Rural de Olinda – PE, essa vertente surge de forma peculiar, atribuídas a características específicas do território em questão, como a extensão territorial que a cidade apresenta, reduzida em relação às outras cidades da RM, conferindo a ausência de áreas para a expansão imobiliária urbana; e pelo fato de ser uma cidade com elevada densidade demográfica, densamente povoada. Tais fatos, por sua vez, corroboram com a especulação imobiliária local vivenciada na atualidade, aonde o m^2 chega a custar em torno de R$ 5.000,00, baseando-se na

prerrogativa de pequena oferta de imóveis/espaços e grande procura pela localidade (FIEPE, 2016).

O aquecimento do mercado imobiliário em Olinda vem crescendo dia após dia e pode ser justificado pela proximidade da área com os centros (Recife e Olinda) e com os grandes corredores de transporte, pela construção de um Shopping Center na região e pelo fato da procura por Olinda está vinculada a pessoas que mantem algum laço afetivo com moradores da cidade. Observa-se a valorização das áreas mais recuadas do município, como o bairro de Peixinhos, que segundo o Índice de Velocidade de Vendas - IVV, levantado pela Federação da Indústria de Pernambuco – Fiepe, representou a localidade que mais vendeu imóveis na cidade no ano de 2013. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2016).

Certamente, essa conjuntura física, econômica e social, contribui para o fenômeno da progressão da cidade em direção à Zona Rural olindense (vide ilustração 11), já que essa área mostra-se com uma reserva de terra viável, ainda que não legalizada, e oportunidade de moradia acessível, financeiramente, ainda que não disponha de uma infraestrutura adequada.

Ilustração11: Vista sul da Zona Rural de Olinda – PE.

Fonte: ARAÚJO, 2016.

Conforme observado na ilustração 11, a Zona Rural olindense está sofrendo deliberadamente pressão das áreas urbanas, representada na ocasião, pelo bairro de Ouro Preto, em um dos seus trechos mais adensados, às margens da 2ª Perimetral Norte. Segundo moradores, os antigos afirmavam que a Zona Rural, naquela região, iniciava-se a partir de 10 m estabelecidos a partir das margens da Perimetral, área que hoje se encontra totalmente ocupada.

O avanço não se concretiza apenas nas margens da Zona Rural, mas adentrando nela, sendo uma realidade inegável e carregando todos os problemas decorrentes de um desenvolvimento urbano sem planejamento, como inexistência ou insuficiência dos serviços de saneamento básico, urbanização, transporte, saúde, educação, meio ambiente, dentre outros. Assim como, segundo legislação em vigor, a Zona Rural trata-se de uma Área de Proteção Ambiental – APA, a qual possui restrições a novas construções, da mesma forma que proíbe fragmentações das áreas das antigas propriedades rurais.

Para vislumbrar essa situação, é necessária uma aproximação real com o objeto de estudo para se entender como está proposto esse conflito e os outros que desafiam a agricultura familiar praticada nessa região. Contudo, destaca-se que os principais deles estão elencados em dois grupos distintos, mas que se relacionam entre si, são eles: da agricultura familiar com a especulação imobiliária local, suscitada pela prática capitalista, que por sua vez desencadeia outros conflitos de natureza interna; e da agricultura familiar com o poder público local, que ora pode ser percebido como um conflito interno, ora externo.

3.1.1 Conflito da agricultura familiar e a especulação imobiliária local.

Esse conflito é influenciado pelo capitalismo e possui um caráter generalista, macro determinante, se assim pode-se afirmar, por ser concebido ao longo da história agrária, fomentado pela prática capitalista mundialmente observada, voltada para o atendimento das necessidades mercadológicas e para o suporte e sustentação dos padrões consumistas, com vistas ao lucro, influenciando todos os segmentos da economia moderna.

Entretanto a Zona Rural, na atualidade, é desprovida de grandes propriedades fundiárias que desenvolvam o agronegócio, apesar disso, sofre a influência do capital sob duas maneiras diferentes: a primeira remete ao ajuste de

sua produção familiar em função do mercado, regulado pelo capitalismo, que infere sobre a qualidade e quantidade do seu produto, apontando, inclusive, as alternativas das práticas de pluriatividades e de sustentabilidade para manter-se competitivo no âmbito rural.

A segunda forma diz respeito ao mercado imobiliário local, influenciado pela logica capitalista, que enxerga na Zona Rural possibilidades de concretização de lucro. De forma que, a maioria das propriedades rurais transformou-se em áreas de loteamentos (clandestinos), ou tiveram a sua área alterada para constituir propostas de lazer (não ecológicos/rurais), ou readequaram a sua área para servir de moradia aos novos arranjos familiares (que se estabeleceram ao longo do tempo na região).

Logo, os conflitos internos são percebidos pela divergência de interesses dos agricultores familiares (posseiros) e dos outros posseiros que ainda residem na área, mas abandonaram a atividade agrícola, caracterizando-se, especialmente, como um conflito que enfraquece a luta agrária local, fragmentando a unidade que o grupo representava nos primórdios, esmorecendo assim, a força da coletividade.

3.1.1.1 Conflito dos posseiros que desenvolvem atividades de lazer descaracterizado

É importante lembrar que a agricultura familiar atende a aspectos que vão além da agropecuária, podendo desenvolver pluriatividades, inclusive no âmbito do lazer, fazendo referência ao ecoturismo, agro turismo, turismo rural e à confecção de artesanato, conforme bem descreveu Wanderley (1996), apontando até mesmo para uma perspectiva de sustentabilidade.

Conforme apresentado no capítulo anterior, a Zona Rural apresenta potencial para o desenvolvimento das atividades turísticas, já que compreende uma área de consideráveis atributos físicos. Alguns posseiros aproveitaram esses aspectos e desenvolveram práticas bem-sucedidas de ecoturismo na região, entretanto, observa-se o desenvolvimento paralelo de outras atividades de lazer, descaracterizado da proposta original (que a agricultura familiar pode proporcionar), voltando-se para o aluguel/locação das referidas áreas para promoção de festas e eventos particulares.

As ilustrações 12 e 13 ilustram um pouco desse conflito, quando demonstram os interesses divergentes dos posseiros, onde em um sítio encontra-se a prática da

agricultura familiar (histórico, econômico, social e culturalmente estabelecidas), expressada pelo cultivo da roça de mandioca e outros produtos de subsistência; e em outro, o proprietário, ex agricultor familiar, influenciado pela proposta financeira, destinou o seu sítio exclusivamente ao aluguel para fins de lazer (desconectado à proposta de agro ou ecoturismo que a agricultura familiar pode contemplar).

Ilustrações 12 e 13: Conflito dos agricultores familiares e os posseiros que desenvolvem atividades de lazer descaracterizado.

Fonte: ARAÚJO, 2016.

Segundo relatos de alguns agricultores locais, o que se percebe na Zona Rural olindense são propriedades rurais descaracterizadas, que se transformaram em campos de futebol *society* ou em "clubes" de diversão de baixo custo, servindo de cenário para festas ("rave" e "brega") regadas à bebida alcóolica, drogas e prostituição, sendo frequentadas, inclusive, por menores de idade; modificando a dinâmica da Zona Rural, tanto pelo intenso barulho que provocam quanto pela agitação das estradas e pela ocorrência de incidentes violentos, que por vezes acontecem.

3.1.1.2 Conflito dos posseiros que fracionaram suas terras para fins de herança

A insuficiência de políticas públicas eficientes para contemplar a questão da habitação no município e no país, leva a especulação imobiliária, fomentando "práticas alternativas" (como a reforma e construção de novas edificações na área da propriedade rural que pertence à família), que são capazes de driblar os altos

preços dos imóveis e à burocracia para efetivar a sua compra legalizada na cidade de Olinda - PE.

Dessa forma, a concessão de área (s), por parte de pais ou responsáveis, nas dependências da moradia da família, no caso, propriedade rural, soa como única possibilidade de domicílio para seus filhos ou netos viabilizarem suas casas e darem continuidades aos novos arranjos familiares, sob a forma de uma hipotética antecipação de herança.

Na Zona Rural tal fenômeno encontra-se bastante difundido, uma vez que a maioria dos posseiros que desenvolvia atividades agrícolas, contemporâneos à Dr. Pernambuco e à criação do Matadouro, é falecida. Dessa maneira algumas propriedades rurais foram fragmentadas, divididas, fracionadas, a partir de uma divisão familiar de bens, dando origem a outras propriedades menores, que na sua maioria, não exercem atividades agrícolas e servem, apenas, como moradia oficial (vide ilustração 14), já que a nova geração desempenha outras funções, atividades.

Ilustração 14: Posseiros que fracionam suas terras para fins de herança.

Fonte: ARAÚJO, 2016.

3.1.1.3 Conflito dos posseiros que comercializam lotes na Zona Rural de Olinda – PE.

Ressalva-se que o permanecer no trabalho agrícola, na maioria das vezes, está associado a variados incentivos, sendo o primordial deles, atrelados ao incentivo financeiro, por esse motivo, é importante que agricultor familiar tenha facilidade ao buscar recursos para esse fim. Situação que, hipoteticamente estaria resolvida, ao se observar as políticas públicas voltadas para essa modalidade de

agricultura no Brasil, como descrevem o PRONAF e o Plano Safra, os quais afirmam favorecer crédito facilitado para esse grupo, no entanto, observa-se que tal feito não se processa exatamente dessa forma.

Alguns agricultores familiares da Zona Rural olindense, fatigados pelo tempo e pelas dificuldades do mercado agrícola, foram deliberadamente seduzidos pela proposta financeira e substituíram definitivamente as suas atividades agrícolas por comerciais, loteando seus sítios, chácaras e ranchos (vide Ilustração 15) e se afastando das atividades rurais.

Ilustração 15: Posseiros que comercializam lotes na Zona Rural – PE.

Fonte: ARAÚJO, 2016.

Destaca-se que a prática imobiliária não está sendo realizada pelos grandes grupos de outrora, mas pelos próprios posseiros que agem como agentes imobiliários/corretores de imóveis, usando o dinheiro procedente do loteamento para custear suas vidas, numa forma de estratégia de resistência.

Outra nuance que merece consideração, é o fato, muitas vezes observado, dos posseiros reverterem o lucro obtido com o fracionamento da propriedade ou loteamento, na respectiva propriedade, como forma de investimento na sua prática agrícola, já que não conseguem crédito facilmente, tanto porque não estão socialmente organizados, como preconiza os credores, através de sindicatos ou associações, quanto pela maioria não ter a sua propriedade legalmente regularizada, apenas possuir a posse da terra.

3.1.2 Conflitos da agricultura familiar e o poder público local.

Conforme estudado, o poder público tem a função de mediar os conflitos agrários a partir da aplicabilidade do principio da equidade aos grupos menos favorecidos, respeitando a justiça social e a democracia. É importante lembrar que a Zona Rural olindense foi, ao longo da história, cenário de várias investidas políticas de proteção e conservação, ainda que na sua maioria contemplasse apenas a questão ambiental, revogando a importância humana da ocupação histórica, cultural, social e econômica que a agricultura familiar representou naquela região.

Tal situação é fundamentada pela supressão das atividades agrícolas no município, sendo representada somente por alguns pontos de resistência que insistem na prática da agricultura familiar, ainda que com ações individualizadas, sem a ordenação de um grupo específico, o que, certamente, iria lhe conferir um *status* de fortalecimento enquanto categoria social e de poder de barganha política. Sem linhas de crédito disponíveis para investimentos nos seus cultivos e manejos, e sem o reconhecimento social de suas causas, esses agricultores tornaram-se invisíveis ao processo.

Essa circunstância pode ser verificada a partir da transformação de toda região em Área de Proteção Ambiental - APA, a partir de 2014, conferindo impedimentos legais pertinentes à fragmentação das propriedades rurais para fins de loteamento e construção de novas edificações, assim como incremento nas áreas já construídas. No entanto, tal medida não está sendo suficiente para conter ou ordenar essa mudança, já que vem fazendo alusão apenas às questões ambientais, não dispondo de alternativas reais para viabilizar a sustentabilidade da agricultura local de subsistência e sanar os conflitos locais crescentes, de natureza imobiliária.

Dessa forma, esse conflito se estabelece não apenas como um conflito dos agricultores familiares, mas de todos aqueles que, de alguma forma, usam o território da Zona Rural olindense e necessitam de condições mínimas de infraestrutura local.

Dentre os inúmeros problemas elencados por esse novo formato que a Zona Rural compreende hoje, associado, fundamentalmente, a ausência do poder público local frente à urbanização desordenada e expressado pela inexistência ou insuficiência de serviços públicos ofertados, no âmbito da própria urbanização, da saúde, da educação, da segurança, dentre outros; certamente o lixo é o mais

gritante, uma vez que se concretiza como contraprova de todo o processo averiguado nessa pesquisa, legitimando o desafio do território em questão.

3.1.2.1 O conflito do lixo.

O lixo é um problema recorrente na Zona Rural do município. Segundo os moradores e a observação empírica, a coleta de lixo só acontece nas principais vias, cerca de três vezes por semana e a população não tem o hábito de cuidar do lixo que produz, descartando-o em toda parte, sem o acondicionamento adequado. Tampouco o poder público local disponibiliza depósitos coletivos adequados ao seu acondicionamento, enquanto aguarda o momento da coleta do material ou discute outras possibilidades para viabilizar a melhor resolução do caso (vide Ilustrações 16, 17 e 18).

Ilustrações 16, 17 e 18: Lixo em vários pontos da Zona Rural de Olinda - PE.

Fonte: ARAÚJO, 2016.

Devido à ausência desse diálogo, algumas iniciativas focais de moradores foram percebidas, como a improvisada compra de tonéis com correntes para servirem como depósito de lixo, e a consequente, fixação de um local, através da construção de uma plataforma, para o seu descarte e coleta adequada, conscientizando e condicionando a população a eliminá-lo de maneira menos prejudicial ao meio ambiente (vide ilustração 19).

Ilustração 19: Plataforma e recipientes de coleta de lixo improvisados pela população.

Fonte: ARAÚJO, 2016.

Outra preocupação dessa natureza, diz respeito aos resíduos sólidos oriundos dos rejeitos da construção civil, já que, ao contrário do que preconiza a Área de Proteção Ambiental – APA, Nascentes do Paratibe, há várias propriedades rurais e até mesmo imóveis, sendo construídos ou reformados na área da Zona Rural olindense.

Evidencia-se também o descarte indevido de resíduos da indústria de concreto, em diversos pontos ao longo das estradas, sendo atribuídos pelos moradores, a uma fábrica dessa categoria nas redondezas (Ilustração 20). Certamente, aproveitando-se da conjuntura frágil que a região rural apresenta e pelo

fato da Zona de Aterro Sanitário – ZAS, localizado nas vizinhanças, está inoperante com o lixo do município sendo descartado na cidade de Igarassu, que atende às novas legislações ambientais.

Ilustração 20: Resíduos da construção civil.

Fonte: ARAÚJO, 2016

3.1.2.2 Conflitos de interesses empresariais.

Desvirtuando-se dos projetos originais de Zoneamento Rural e Área de Proteção Ambiental - APA, conforme descritos nas leis e decretos estudados, percebem-se outras atividades clandestinas acontecendo na Zona Rural olindense, conhecida pela grande maioria dos moradores da área e negligenciada pelo poder público local, que não empreita fiscalizações.

Há uma grande madeireira da região ativa dentro da APA, cerca de 5 anos, a Eco Madeiras, abastecida por árvores da região, sendo vendidas para o mercado local das padarias, uma vez que, segundo informações, o uso de fornos a gás e à eletricidade costuma ser mais oneroso para os empresários. Por questões inerentes de risco para o pesquisador, a documentação fotográfica certificando a existência da

madeireira não pode ser produzida, apenas os indícios do desmatamento à beira da estrada (Ilustração 21).

Ilustração 21: Desmatamento à beira da estrada.

Fonte: ARAÚJO, 2016.

Salienta-se também, a existência de empresas ligadas à prospecção clandestina de água subterrânea na Zona Rural olindense, a partir da perfuração de poços artesianos, já que se trata de uma área que concentra várias nascentes, estimam-se pelo menos 13 nascentes na região (vide ilustração 22).

Ilustração 22: Empresa de prospecção de água subterrânea.

Fonte: ARAÚJO, 2016.

3.2 Resistências da agricultura familiar local.

Como pode ser observado, a partir da caracterização da natureza dos conflitos locais, permanecer na Zona Rural olindense continua sendo um grande desafio, agora formatado como uma luta sutil (já que não existem mais as repressões violentas do passado, mas que continuam flagelando a população local pela desassistência do Estado na região), passando despercebida aos olhos mais desatentos ou que está implícita no contexto de desenvolvimento, adentrando e transformando o meio rural dia após dia. Para tanto, os agricultores daquela região desenvolveram maneiras peculiares de resistir a toda pressão que os cerca, que diferenciam com vários aspectos.

Para Ferreira (1999), resistir significa opor, não ceder, defender-se, suportar, durar, subsistir, conservar-se, é exatamente nessa circunstância de conservação que a agricultura familiar olindense se reinventa.

Desde a década de 40, se evidencia formas de resistência agrária na Zona Rural olindense, com a presença de Ligas Camponesas, cuja finalidade era evitar a expulsão dos pequenos agricultores de suas terras, cedidas pelo Dr. Pernambuco e no momento, reivindicadas pelo Tenente Catende, iniciando-se a especulação imobiliária no município, transformando as terras em capital e não em condições de reprodução de vida, conforme discutido por Souza (2008).

Desse período até os dias atuais, a especulação imobiliária ganhou ainda mais força, e estabeleceu-se na Zona Rural de formas consistentes, conforme discutido na seção anterior. Contudo, se observa alguns núcleos de resistência que perduram de forma isolada, uma vez que não possuem articulação entre si (com grupos internos) ou externos ao contexto que vivenciam.

Certamente, uma das questões que possibilitou as suas conservações até então, se atribui ao fato de no passado, estarem organizados socialmente, ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulista e Olinda, que dentre as principais conquistas, tem como a mais notável, a legitimação da posse da terra aos agricultores familiares da Zona Rural de Olinda, em 1983, contrariando as expectativas da FASA.

Entretanto, é importante recordar que o sindicato só estendeu a sua base para Olinda na década de 70, e atualmente, continua em funcionamento, porém com sede na cidade de Paulista. Há a filiação de alguns agricultores de Olinda, mas com

apenas 1% do total dos representantes de outrora, cerca de 50 sócios. A maioria dos agricultores olindenses não mantem vínculo com nenhuma entidade social, pela descrença no trabalho das mesmas.

Algumas tentativas de cooperação mútua de agricultores familiares foram empreitadas no município, como a Associação dos Pequenos Produtores da Área Rural de Olinda - APARO, fundada em 1990, com o objetivo de fortalecer a agricultura local, mas que está atualmente desativada; e a associação, Bosque dos Cajueiros, que também fracasssou.

Enquanto isso, algumas propriedades defendem-se de várias formas da especulação imobiliária local e do desinteresse do poder público sobre a causa da agricultura familiar, são elas a Granja Joinha, a Granja Martins, o Sítio Tilápias, o Sítio Canaã, o Coqueiral Park e o Clube Piaba de Ouro.

A experiência notável vivenciada na Granja Joinha (vide ilustração 23), pode ser comprovada em um dos trechos mais populosos, à noroeste da Zona Rural, em um dos pontos mais altos de Olinda, o Alto Nova Olinda, cujo proprietário vive e se mantém exclusivamente, da agricultura familiar acerca de 40 anos.

Ilustração 23: Lavoura de subsistência da Granja Joinha.

Fonte: ARAÚJO, 2016.

A mesma ocupa 1,5 hectares e é cercada por pomares de coco, acerola, manga, laranja, limão, banana, jaca e por roças de macaxeira, batata doce, milho, inhame e hortaliças, há também criação de galinhas de capoeira (Ilustração 24). Destaca-se a organização sustentável que a mesma apresenta, utilizando-se do milho para formular a ração das aves, das fezes da galinha para adubar a terra, do beneficiamento local de algumas frutas, realizando a fabricação própria de óleo de coco e polpas de frutas.

Ilustração 24: Criação de galinhas de capoeira na Granja Joinha.

Fonte: ARAÚJO, 2016.

Os produtos são destinados ao consumo da própria família e à venda nas feiras de alimentos orgânicos do município, onde vale ressaltar, que é composta em sua maioria, por agricultores de outras cidades, como Goiânia, Vitória de Santo Antão, Chã Grande, Moreno e Gravatá, por exemplo. A granja também apresenta uma característica especial, tem uma parceria com uma escola da rede privada do

Recife oferecendo alimentos orgânicos à sua cantina e servindo de espaço para aulas-campo das crianças em alguns momentos do ano, processo intermediado pela filha do proprietário, que é pedagoga na referida escola.

A despeito de tantas potencialidades, o dono da granja não tem certificação da origem orgânica dos alimentos que produz, mesmo que comprovadamente sejam. Ele acredita que a certificação ainda é um processo extremamente burocrático e mesmo permanecendo filiado ao sindicato, não recebe nenhum apoio que viabilize o feito, apesar de no passado ter tido acesso ao crédito facilitado por está socialmente organizado.

Outro exemplo de resistência é a Granja Martins, situada ao sul da Zona Rural olindense, área densamente povoada, uma vez que encontra-se às margens da 2ª Perimetral Norte, resistindo ao longo dos anos pelas habilidades do filho de seus proprietários, químico pós-graduado na Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, no manejo de hidropônico. A sua relutância também pode ser atribuída ao passado de parcelamento do solo, com a venda de terras que compunham originalmente aquela propriedade, restando-lhe, atualmente, um terreno de aproximadamente 70 x 80 m^2, apenas.

Situação rotineira mais uma vez explicada pela dificuldade que os agricultores familiares possuem ao tentar buscar crédito para investir em melhorias na própria terra. Ressalta-se, nesse momento, que a dificuldade não diz respeito apenas ao acesso ao crédito, como foi discutido anteriormente, o qual só é liberado mediante a ligação do agricultor com entidade de classe, mas, a burocratização do mesmo, onde credores (Banco do Nordeste e outras agências de fomento) exigem avalistas com renda consideravelmente alta para o perfil da área e escritura pública da propriedade em questão, sabendo-se que a circunstância de regularização traria ainda mais despesa ao agricultor.

Para ilustrar o caso: a Granja Martins (Ilustração 25) necessita da substituição das bancadas de cultivo, improvisadas com canos de PVC (policloreto de polivinila ou vinil), pois a irradiação solar infravermelha prejudica a raiz das hortaliças, em especial, a alface, afetando o desenvolvimento da planta. Já existem bancadas no mercado especialmente desenvolvidas para protegê-la da luz do sol. Outra opção seria a cobertura com telas de toda a área de cultivo. Tais medidas, de simples aplicação, aperfeiçoaria a produção, deixando-a mais competitiva e rentável, no entanto, o produtor tentou viabilizar em forma de crédito, mas não conseguiu.

Ilustração 25: Cultivo Hidropônico na Granja Martins.

Fonte: ARAÚJO, 2016.

Outra questão relevante é o valor ínfimo que costuma ser liberado quando se consegue acessar o crédito, em torno de R$ 5.000,00. Alguns agricultores familiares utilizaram esse valor, no entanto, não obtiveram mudança estrutural da sua situação agrícola, uma vez que o montante que precisavam era maior, o que serviu apenas para piorar a sua conjuntura econômica, porque associou mais uma despesa à sua receita - a prestação do empréstimo.

Pobres, desorganizados socialmente, sem acesso ao crédito, sem consultoria tecnológica, e muitas vezes, marginalizados, alguns agricultores familiares enxergam na diversificação dos serviços e no loteamento clandestino de suas propriedades oportunidades para melhorar a sua condição de vida e ascender econômico e socialmente, revertendo o lucro obtido em benfeitorias para o que lhes restou da gleba, aproveitando-se da especulação imobiliária vivenciada no município na contemporaneidade.

Tais fatos também podem ser concebidos como formas de resistência da agricultura familiar, quando sem alternativas eles utilizam-se dos recursos que possuem para melhorar a sua situação econômica, investir no seu negócio e até mesmo, compensar alguma perda na lavoura, no cultivo ou no pasto.

Um modelo dessa forma de resistência a ser citado, é o Sítio Tilápia, medindo 70 X120 m^2, que vem resistindo porque diversificou o seu negócio, originalmente ligado apenas à piscicultura, oferecendo também serviços gastronômicos de bar e restaurante à beira do rio de sua propriedade (ilustração 26).

Ilustração 26: Sítio Tilápia – piscicultura e restaurante.

Fonte: ARAÚJO, 2016.

Outro sítio que merece ênfase como referência de subsistência é o Sítio Nova Canaã (ilustração 27), situado ao norte da Zona Rural, na comunidade de Alto da Conquista, cujos proprietários são um agrônomo e uma permacultora argentina, que desenvolvem, acerca de 10 anos, uma proposta naturista com apelo sustentável, oferecendo oficinas regulares de agricultura familiar, culinária sustentável e bioconstrução, além de propiciar visitação pública ao local, em alguns momentos do ano, como na safra de manguitos.

Segundo informações de populares, atualmente as atividades estão suspensas por conta da separação do casal. Há algum tempo o autor da pesquisa tenta estabelecer contato com os proprietários, mas não teve êxito (vide ilustração 27).

Ilustração 27: Sítio Nova Canaã.

Fonte: ARAÚJO, 2016.

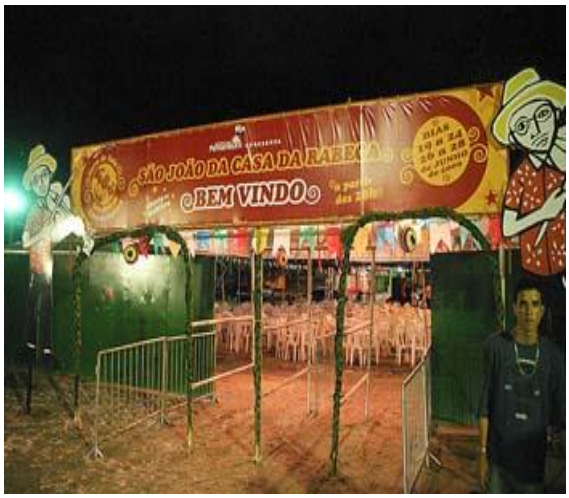
Algumas propriedades diversificaram o seu negócio explorando o agro ou ecoturismo e se consolidaram como uma boa opção de lazer campestre na Zona Rural olindense por ofertarem ar puro, contato com a fauna e flora local, comida regional, parques aquáticos, banhos de rios, esportes radicais, shows culturais e muito sossego; dentre elas, destaca-se o notável empreendimento de 17 hectares do Coqueiral Park – Pescaria e Lazer (Ilustração 28), cujo proprietário já foi, em outrora, tesoureiro da Associação dos Produtores Rurais de Olinda - APARO.

Ilustração 28: Coqueiral Park – Pescaria e Lazer.

Fonte: ARAÚJO, 2016.

Outras iniciativas que merecem consideração por se destacarem no âmbito cultural são Clube e Hotel Piaba de Ouro e a Casa da Rabeca, ambos ligados ao Maracatu de Baque Solto Piaba de Ouro (ver Ilustrações 29, 30 e 31), fundado por Manuel Salustiano Soares, o Mestre Salu, como é conhecido, originado das regiões açucareiras da zona da mata pernambucana e trazido por ele e seus companheiros ao bairro da Cidade Tabajara, em Olinda, no ano de 1977. Hoje é reconhecido internacionalmente, realiza trabalhos sociais e culturais com crianças e jovens da comunidade, com oficinas permanentes de dança e bordados, perpetuando a tradição não apenas com o maracatu, mas dos caboclinhos, do frevo, da rabeca, do cavalo marinho, do mamulengo, do coco, dos bacamarteiros e dos bois (BLOG SPOT MARACATU PIABA DE OURO, 2016).

Ilustrações 29, 30 e 31: Maracatu de Baque Solto Piaba de Ouro, Clube Piaba de Ouro e Casa da Rabeca.



Fontes: Blog Spot Maracatu Piaba de Ouro, 2016.

Ao analisar a paisagem local encontra-se a presença atípica de muros e portões, dispostos em grande parte das propriedades agrícolas, inclusive restringindo o acesso de ruas da região, conforme observado nas ilustrações 32 e 33. Segundo moradores, tais barreiras físicas se propõem a isolar e proteger a área contra investidas violentas e especulações, que vão desde a abordagem de curiosos até a interpelação de agentes imobiliários, soando como forma de defesa dos agricultores ao processo de insegurança e subversão que vive a Zona Rural olindense na atualidade.

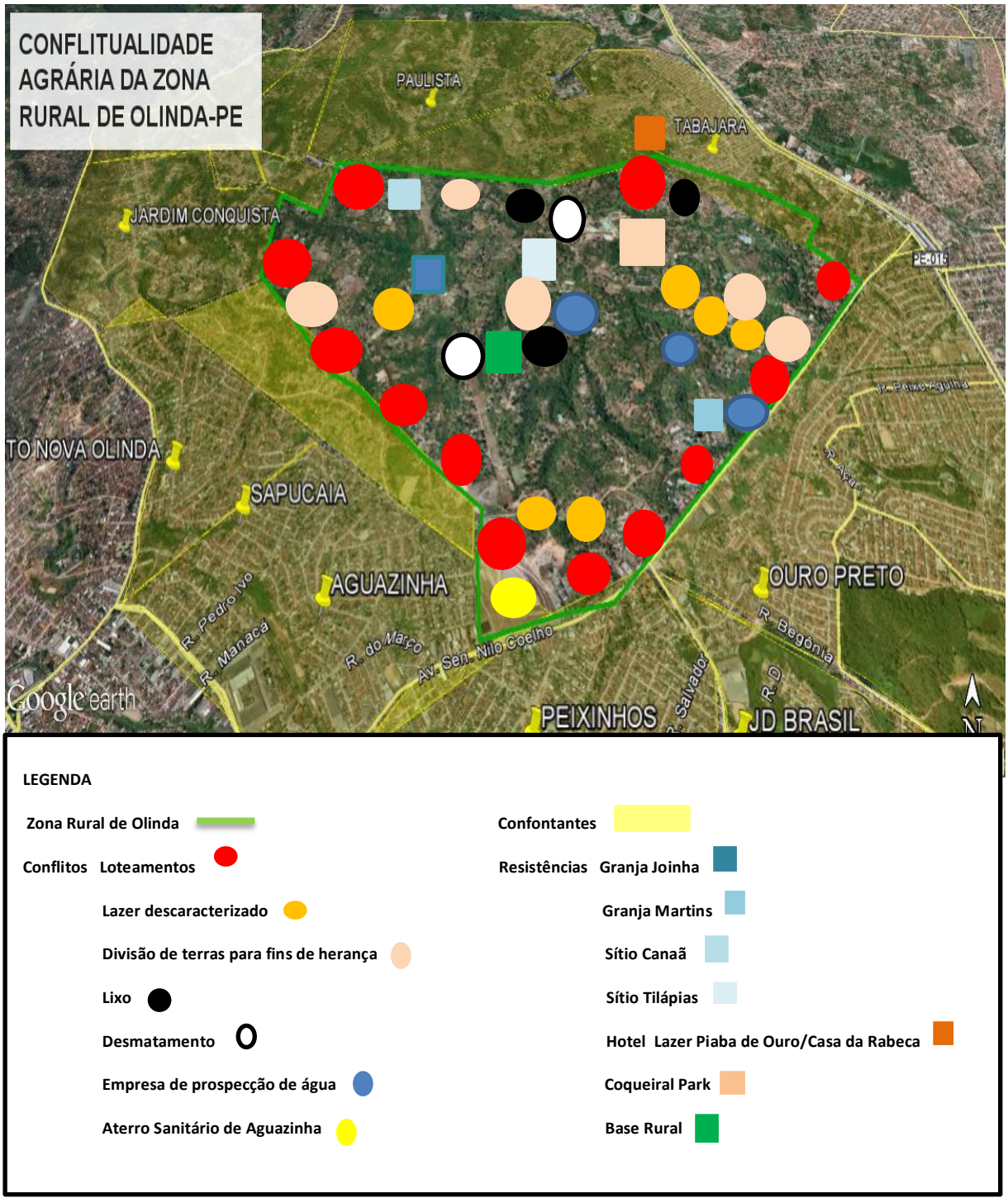
Foto 32 e 33: Resistência dos agricultores por meios físicos – muros e portões.

Fonte: ARAÚJO, 2016.

Como se pode observar, os agricultores familiares da Zona Rural vêm resistindo a uma diversidade de conflitos, de origem interna, de uma forma geral, atrelados a especulação imobiliária vivenciada no município; e externa, influenciados pela ingerência do poder público local frente às dificuldades, em especial, as que remetem ao desenvolvimento e à manutenção da agricultura familiar na localidade.

Para tanto, esses posseiros agem da maneira que concebem ser a mais adequada e acessível à sua realidade, uma vez que a transformação do local em Área de Proteção Ambiental - APA, acerca de 2 anos, ainda não representou mudanças significativas e tão aguardadas na vida dessas pessoas, pois não transformou os paradigmas estruturais da conflitualidade agrária local (vide Ilustração 34), não apontou, nem efetivou alternativas aos processos instalados e não foi capaz de aplicar a sustentabilidade a que se propôs.

Ilustração 34: Conflitualidade agrária da Zona Rural na Zona Rural - PE.



Fonte: ARAÚJO, 2016.

A ilustração 34 mostra a conflitualidade agrária da Zona Rural olindense quando mostra a convivência concomitante de variados interesses, como as práticas dos loteamentos clandestinos, evidenciada por pontos vermelhos, distribuídos em toda a área, no entanto, mais concentrados ao sul e a oeste da Zona, certamente

por possuírem melhores condições de acesso (pavimentação), sendo o principal deles, a 2ª Perimetral Norte

Em rosa pode-se observar a disposição dos conflitos por divisão de terras para fins de herança, fenômeno bastante difundido na região. Há ainda, os conflitos estabelecidos a partir de práticas de lazer descaracterizados, que também se encontram homogeneizados nesse cenário, privilegiando as áreas às margens dos principais acessos da Zona, dentre eles, a antiga Estrada de Ouro Preto, denominada, atualmente, de Av. Lígia Gomes.

Outros interesses foram percebidos a partir da ingerência do poder público na Zona Rural, viabilizando ao longo dos anos, a instalação de três empresas clandestinas de prospecção de água do subsolo, representadas por pontos azuis; e o desenvolvimento de uma grande madeireira na região, que segundo relatos, utiliza-se de práticas de desmatamento dentro da própria Área de Proteção Ambiental – APA, demonstrados por pontos em branco.

A ocorrência do lixo também acontece difusamente em toda Zona Rural, graças a essa incapacidade administrativa de mediar à situação, contudo, há trechos na área que se transformaram em pequenos “lixões”, às margens de algumas vias de acesso, sendo representados por pontos em preto.

Apesar do Aterro Sanitário de Aguazinha está atualmente desativado, o mesmo situa-se em uma área pertencente ao território da Zona Rural, representado pelo ponto amarelo, e confere à área riscos iminentes à saúde humana e a continuidade da APA, uma vez que os resíduos permanecem no local sem o devido tratamento.

Contudo, em meio a essa diversidade, encontram-se os agricultores familiares, se reinventando para continuar resistindo ao processo de urbanização desordenado que vive a Zona Rural, inicialmente insidioso, porém com uma evolução contundente evidenciada nos dias atuais. Representados por várias nuances de azul, eles surgem e agem de forma isolada, financiados e orientados pelas próprias perspectivas.

Outros focos de resistência podem ser atribuídos as experiências de lazer atreladas à atividade campestre, seja através de uma abordagem rural, ecológica ou cultural, as quais são desenvolvidas pelo Hotel Lazer Piaba de Ouro/Casa da Rabeca e o Coqueiral Park, representados no mapa pelos tons de laranja.

Entretanto, destaca-se um ponto em verde na Zona Rural, a Base Rural, que apesar de não está atualmente ativa, segundo relatos, por questões de ideário politico, representou, no passado, um importante equipamento social, em especial para os agricultores familiares daquela região (conforme irá se discutir adiante).

3.3 A participação do poder público local.

Conforme discutido por Raffestin (1983), com a validação do poder pela esfera política, que compreende a atuação do Estado frente ao território; e considerando a retrospectiva histórico-política da ocupação do solo olindense, o poder público tem o papel preponderante de mediador dos conflitos. Dessa forma, a instância pública local, tentou estabelecer na Zona Rural, vários ensaios estruturados a partir de dispositivos legais, a nível municipal, estadual e federal, com a finalidade de conferir proteção e conservação aquele território, apesar de desconsiderar as práticas humanas que ali se desenvolveram, em especial, a da agricultura familiar.

A proposta da Área de Proteção Ambiental - APA, mostra-se como uma alternativa interessante, desde que seja bem implementada, uma vez que se propõe a frear o processo do parcelamento irregular do solo e, consequentemente, a especulação imobiliária local. É um desafio a ser superado pela gestão, que deverá empreender a conscientização da população, através de medidas socioeducativas, e do estabelecimento de outras medidas mais enérgicas.

Partindo-se do pressuposto da sustentabilidade, cujo desenvolvimento humano está atrelado a atividades que supram as necessidades atuais das pessoas, econômico e socialmente, mas que garantam a preservação dos recursos naturais para o futuro das próximas gerações, a agricultura familiar se propõe como uma excelente possibilidade, uma vez que, em uma escala maior, garante a segurança e soberania alimentar de um povo, e em um recorte escalar menor, na Zona Rural em si, contribuiria para o fortalecimento e desenvolvimento dos agricultores daquela região.

Dessa maneira, a APA contempla as características humanas locais, suscitando aspectos de sustentabilidade, passando pela valorização da prática da agricultura familiar, promovendo a reorganização dos agricultores em entidade de classe, inserindo-os no eixo do desenvolvimento, gerando renda e tornando-os

competitivos, aptos ao crédito facilitado e ao suporte técnico necessário; além de valorizar a cultura local, (re) significando suas vidas e fortalecendo os seus laços, concorrendo também para dar visibilidade da sua situação à sociedade.

Apesar disso, observa-se que a APA Nascentes do Paratibe foi implementada com a mesma concepção dos dispositivos legais que a antecederam, com apelo meramente ecológico, negando as necessidades reais das pessoas que ali residem há anos e dos novos moradores que estão chegando, com perspectivas diversas; apenas preocupando-se com as questões ambientais e distinguindo-as das humanas, desconsiderando os problemas inerentes à operacionalização da agricultura familiar e à ocupação desordenada que incide sobre a área.

Hoje, após a sua criação, vê-se problemas superpostos, agravados pela falta de uma infraestrutura adequada, um reduto marcado por forte desigualdade e condenado a ser mais uma periferia de uma região metropolitana brasileira. Ao contrário do que foi colocado pela gestão, no dia da consulta pública, a Zona Rural não está estagnada no tempo, pelo contrário, ela sofreu mudanças drásticas, em especial, as que dizem respeito ao processo de sua urbanização, muitas delas em curto espaço de tempo, as quais o poder público não conseguiu acompanhar, graças a sua atuação incipiente, que não favorece uma leitura fidedigna do processo, com apropriação do território em questão e com a devida aproximação dos atores sociais envolvidos, incluindo-os no processo decisório, efetivando a sua participação política enquanto cidadão.

Um fato a ser lembrado, é que na década de 80, a Zona Rural contava com o apoio de uma base da prefeitura, a Base Rural, localizada em uma área central, que ocupava cerca 6 hectares, e destinava-se ao apoio direto aos agricultores da região, onde guardava-se materiais, trocava-se experiências, realizava-se reuniões, encontros, dentre outras atividades. Havia na localidade uma horta medicinal que oferecia plantas ao laboratório do município, para a confecção de xaropes, pomadas, dentre outros medicamentos fitoterápicos. Há informações que a Base abrigava projetos de extensão da Universidade Rural de Pernambuco – UFRPE. A referida proposta apontava para a intersetorialidade, agregando as questões de meio ambiente, saúde e educação na Zona Rural. Atualmente, a Base encontra-se desativada, por uma decisão de gestão, e só se encontram em funcionamento o posto de saúde – Unidade de Saúde da Família – USF Base Rural, e a Escola Municipal Margarida Alves (Ilustrações 35 e 36).

Ilustrações 35 e 36: USF Base Rural e Escola Margarida Alves.

Fonte: ARAÚJO, 2016.

Pode-se apontar como sugestões para o possível sucesso da APA investir em projetos que estabeleçam mudança dos paradigmas locais, envolvendo a conscientização da sociedade olindense: passando pela valorização da história da área, tendo-se como alternativas a elaboração de uma exposição permanente que conte a história da Zona Rural olindense e/ou a distribuição da versão impressa dessa história, através de livretos, aos moradores da APA e ao alunado das escolas do município; da divulgação do conhecimento do que é a agricultura familiar e como ela se processa na área; do apoio ao pequeno produtor, seja com incentivos financeiros, tecnológicos ou na organização de uma entidade social; com a prefeitura absorvendo parte de suas produções para contribuir com a merenda escolar e a refeições das entidades públicas, conforme preconizado pelo o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, discutido anteriormente; da instituição de um grupo de discussões permanentes acerca da Zona Rural, dentre outras propostas.

Outra possibilidade aponta para as iniciativas não governamentais que pretendam atender essas demandas, como a Escola Ambiental de Olinda (2016), empresa que se destina ao público infanto-juvenil, elaborando e desenvolvendo projetos com foco na preservação e proteção do meio ambiente, através de uma abordagem sustentável, estabelecendo uma ligação com a agricultura familiar a partir de visitações regulares, com grupos de crianças e seus pais, às propriedades com experiências bem-sucedidas nesse manejo (projeto do autor em andamento).

Concomitante a isso, a partir do envolvimento de todos, o poder público local deve investir fortemente em fiscalização na Zona Rural, como já realiza na Zona Especial de Proteção do Patrimônio Cultural - ZEPC (no Sítio Histórico) e na Zona de Aterro Sanitário – ZAS (o antigo lixão de Aguazinha), disponibilizando rondas frequentes, disque denúncia, com embargo de obras/empresas irregulares, mediante a processo administrativo, sendo posteriormente remetido ao Ministério Público como crime ambiental.

Dessa forma, espera-se um poder público mais atuante, próximo dos cidadãos e seus dilemas, voltado para a formulação e implementação de politicas públicas mais eficientes, condizentes com a proteção e preservação do meio ambiente, mas especialmente fundamentadas com a realidade das pessoas; e não apenas pautado numa perspectiva ambiental utópica, como a APA e todos os projetos anteriores se mostraram ser.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da agricultura cursa com a história da humanidade, percebendo-se conflitos pela posse da terra desde os primórdios. A conflitualidade agrária, a qual se observa na atualidade, é um fenômeno evidenciado a partir da estruturação das relações de trabalho, marcado fortemente pelas lutas de classes, oriundas do campesinato contra o capitalismo. Dessa forma, a disputa pela terra, pelo território em questão, apresenta variações sutis, mas de raiz comum, que diz respeito apenas ao cenário constituído pelos sujeitos (atores sociais envolvidos) e pelos objetos (lugares onde se processa o acontecimento).

Sendo assim, o reconhecimento territorial torna-se oportuno, não sob a ótica ambígua do território, mas pelo fato de que a sua apropriação possibilita a identificação dos atores e das relações que os legitimam, fomentando alternativas para que o Estado seja soberano no poder que exerce sob o território, executando a sua função máxima de intercessão e solução do conflito, através da aplicabilidade do princípio de justiça social, planejando e implementando políticas publicas eficientes que contemplem, sobre tudo, os mais vulneráveis.

Em vista aos argumentos apresentados, a Zona Rural de Olinda – PE, objeto desse estudo, manifesta uma importante conflitualidade agrária, caracterizada pela permanência de múltiplos conflitos associados à desassistência do Estado à agricultura familiar local, na atualidade. Um desses conflitos remete à prática capitalista, reproduzido pela especulação imobiliária local, que corrobora para que o posseiro, ex agricultor familiar, abandone sua atividade original ou busque incentivo financeiro para continuar nela, através da descaracterização da sua propriedade rural para a prática de lazer, fragmentação de suas terras para fins de partilha (por herança), ou parcelamento da sua gleba para fins de loteamentos ou fixação de empresas clandestinas, de forma que propicie a sua capitalização.

O outro conflito está vinculado ao poder público local e sua ingerência sob os aspectos humanos, econômicos, sociais e culturais que a Área de Proteção Ambiental – APA Nascentes do Paratibe denota, ao ignorar ou desconsiderar a presença/participação dos agricultores familiares na Zona Rural, quando não apontou possibilidades para sua manutenção e desenvolvimento no referido projeto; e quando se posiciona “alheio” as intensas modificações de cunho muitas vezes ilegal (já que a legislação da APA prevê proibição de loteamentos e novas

construções na Zona Rural), no que diz respeito ao vigoroso processo de urbanização desordenada da área.

Dessa forma, a atuação incipiente do poder público local, caracteriza-o ora como um conflito, ora como uma alternativa ao problema. Diante disso, entende-se que para a resolução do paradigma em questão, há algumas possibilidades, que exigem a sua atuação, dentre elas: o fortalecimento da agricultura familiar, através de buscas por investimentos financeiros e tecnológicos, atrelados à oferta de crédito facilitado, com a finalidade de torná-la apta ao mercado, e do emprego de consultorias técnicas aos pequenos produtores. Outra possibilidade é a difusão e o fomento das ideias de pluriatividades, como o incentivo ao turismo rural, ao ecoturismo e a valorização dos aspectos culturais. Contudo, pode-se destacar ainda, o esforço para o estabelecimento de políticas públicas agrárias de caráter compensatório, de forma a minimizar, em longo prazo, o abismo entre as desigualdades sociais no campo. Ressalta-se que algumas dessas ponderações já existem e dizem respeito às instâncias de poder hierarquicamente mais elevadas, entretanto, precisam ter aplicabilidade prática, tornando-se acessíveis, em especial aos agricultores da Zona Rural olindense.

Dessa forma, confere-se ao Estado um papel preponderante e imprescindível à manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar, uma vez que o poder público é responsável em assegurar o exercício da autonomia territorial desses agricultores, e por consequência, a segurança e soberania alimentar da humanidade.

Embora a transformação da Zona Rural de Olinda – PE em Área de Proteção Ambiental – APA pelo poder público local, aponte para uma alternativa viável, capaz de promover mudanças significativas, pelo menos no que diz respeito aos aspectos ambientais, o projeto precisa ser revisto, readequado, reformulado, de forma que contemple a presença historicamente constituída da agricultura familiar na área, para tanto, estudos acerca do território poderão contribuir para o desenvolvimento sustentável a que se propõe.

Contribuindo para que os agricultores da Zona Rural olindense, genuinamente proprietários daquela terra, sintam-se verdadeiramente pertencentes ao contexto político local, formulador e executor de ideias que incidem sobre a sua situação de vida; e não percebam a APA como mais um projeto, alheio às suas realidades, que foi concebido, primordialmente, com a função de favorecer mais uma justificativa ao

intenso e desorganizado processo de urbanização que vem acontecendo na referida área, do que para proteger aquele ecossistema e resgatar os potenciais humanos que estão ali há séculos desenvolvendo a agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária – **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – vols. 28, N. 1 – jan/ago 1999, p. 1 - 21.

ALMEIDA, Darlen de Carvalho & JESUS, Eliane Santos de. Agricultura familiar em Sergipe. Revista Eletrônica José Augusto Vieira. **Edição Especial da Pós-Graduação Latu Sensu em Território, Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Ano VI, Março 2013, p. 89 – 100.

ANDRADE, Manuel Correia. O movimento dos sem terra e sua significação **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, São Paulo, ano 01, N. 2, 2002, p. 13 - 26.

BARBOSA, Evandro Brandão. *et al*. **Agricultura familiar: características, importância, pluriatividade, multifuncionalidade e perspectivas dentro e fora da Amazônia**, In: Observatorio de la Economía Latinoamericana, Caracas – Venezuela, Número 193, 2014.

BLOG SPOT MARACATU PIABA DE OURO. **Maracatu Piaba de Ouro**. Olinda – PE. Blogspot Maracatu Piaba De Ouro; novembro/2010. Disponível em: <http://maracatupiabadeouro1.blogspot.com.br/p/historico.html>, Acesso em: 21 de maio de 2016.

BRASIL. **Recorde da Agricultura Familiar no Brasil.** Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/01/agricultura-familiar-encerra-2013-com-recordes-e-traca-metas>. Acesso em: 16 de julho de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Territórios da Cidadania.** Brasília, 2008. Disponível em: <http: //www.mda.gov.br/sitemda/tags/territ%C3%B3rios-da-cidadania>. Acesso em: 11 de julho de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Brasília, 2003. Disponível: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2016.

_____. **Plano Safra.** Brasília, 2016. Disponível em: http:<//www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/cartilha_plano_safra_2016_2017_1.pdf>. Acesso em: 9 de julho de 2016.

_____. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.** Brasília, 2016. Disponível em:< http://www.incra.gov.br/reformaagraria>. Acesso em: 2 de julho de 2016.

_____. Lei 6.902 de 27 de abril de 1981. **Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.** Brasília,

1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6902.htm> . Acesso em: 2 de julho de 2016.

_____. **Territórios Rurais.** Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/territ%C3%B3rios-rurais-informa%C3%A7%C3%B5es-para-acesso-ao-pnae>. Acesso em: 21 de maio de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para um programa territorial de desenvolvimento rural sustentável.** Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/territ%C3%B3rios-rurais-informa%C3%A7%C3%B5es-para-acesso-ao-pnae>. Acesso em: 21 de maio de 2016.

_____. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. **Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.** Disponível em: <C:\Users\USUARIO\Downloads\LEI FEDERAL 6766 79.html>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

. Lei Federal Nº 9.985 de 18/07/2000. **Regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e da outras providências**. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/snuc_sistema%20nacional%20de%20unidades%20de%20conservacao.pdf>. Acesso em: 08 de maio de 2016.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção.** In: XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural, Natal - RN, em outubro, 1998, p. 53-75.

CAVALCANTI, Elmano Pontes. Revolução da informação: algumas reflexões. **Caderno de Pesquisas em Administração** – São Paulo, Vol. 1, N. 1, 2º Sem/1995, 7 p.

CONDEPE. **Fidem**. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. Recife – PE. Disponível em: <http://www.pe.gov.br/orgaos/condepe-fidem-agencia-estadual-de-planejamento-e-pesquisa-de-pernambuco/>, Acesso em: 19 de junho de 2016.

COUTO, Sueli Rosa. **Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável.** In**:** 37º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - SOBER, Foz do Iguaçu - PR, em agosto de 1999, 11 p.

DIÁRIO DE PERNABUCO. **Via Metropolitana - Canal do Fragoso ficará pronto em maio de 2017**; Recife – PE; Diário de Pernambuco; 09/04/2016. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2016/04/09/interna_vidaurbana,637712/canal-do-fragoso-ficara-pronto-em-maio-de-2017>.shtml. Acesso em: 25 de julho de 2016.

DIÁRIO DE PERNABUCO. **Mercado imobiliário em Olinda**; Recife – PE; Diário de Pernambuco; 30/01/2014. Disponível: http://diariodepernambuco.lugarcerto.com.br/app/noticia/servicos/2014/01/30/interna_servicos,45315/mercado-aposta-em-olinda.shtml , Acesso em: 27 de julho de 2016.

FAO - Food and Agriculture Organization, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Resolución Nº 14/16/MA - El Ministerio de Agricultura adopta el concepto de Agricultura Familiar**. República Dominicana: Ministério da Agricultura. Disponível em: <http://faolex.fao.org/cgibin/faolex.exe?rec_id=156654&database=faolex&search_type=link&table=result&lang=eng&format_name=@ERALL>, Acesso em: 29 de maio de 2016.

FAO/INCRA **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Ministério da Agricultura, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Debates,** Buenos Aires – Argentina. OSAL 73, Octubre, 2008, 13 p – 2.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**, Bernardo Mançano Fernandes - São Paulo: O autor, 2004, 57p – 2.

GARCIA, Simone Pereira & BASTOS, Cecília Maria Chaves Brito**.** Ciro Flamarion S. Cardoso e a questão da brecha camponesa**. Revista Tempo Amazônico**, V. 1, N. 1, janeiro-junho de 2013, 12 p.

GÓMEZ, JORGE R. MONTENEGRO. **Desenvolvimento em (des)construção -** Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Presidente Prudente – O autor, 2006, 438 f.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Associação Brasileira de Geógrafos, Porto Alegre – RS, Vol. 29, Jan, 2003, 11 – 24, p. 18.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Da “Revolução Verde” ao Desenvolvimento Territorial. In: SPOSITO, Eliseu Savério & NETO, João Lima Sanat’Anna (Orgs). **Uma Geografia em Movimento**, 1ª ed., São Paulo - Editora Expressão Popular, 2010 (583 – 597).

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. Trajetória recente das Políticas direcionadas ao Meio rural Brasileiro. In: SPOSITO, Eliseu Savério & NETO, João Lima Sanat’Anna (Orgs). **Uma Geografia em Movimento**, 1ª ed., São Paulo - Editora Expressão Popular, 2010 (561 – 582)

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). **Cidades**@. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=260960&search=pernambuco|olinda#historico>. Acesso em: 23 mai.2013.

JÚNIOR, VALDEMAR JOÃO WESZ *& et al*. **Os novos arranjos do êxodo rural: a evasão temporária de jovens agricultores familiares gaúchos.** In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER, "Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento" - São Luiz Gonzaga – RS, 2012, 12p.

VIA CAMPESINA. **La Via Campesina.** Bruxelas – Bélgica. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/ >. Acesso em: 23 de julho de 2016.

LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade.** In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra (org.). Recife: Bagaço, 2006. p.57-81.

MACHADO, Nínive Fonseca. **Do Matadouro ao Nascedouro: a criação de novos espaços de participação juvenil.** 131 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Recife: 2003.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês, **Revista NERA** Presidente Prudente - SP, Ano 11, nº. 12, Jan.-jun./2008, p. 57 – 67.

MAZOYER, Marcel & ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea** [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. 2ª ed. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, 2010. 568p.

OLINDA, Prefeitura Municipal. Olinda em dados. **Olinda em dados.** Olinda – PE. Disponível em: <http://www.olinda.pe.gov.br/a-cidade/olinda-em-dados>. Acesso em: 25/07/2016.

_____. **Plano Diretor de Olinda 2016**. Olinda – PE. Disponível em: <http://dpuolinda.wix.com/revisaoplanodiretor#!documentos/cfvg>. Acesso em: 16 de junho de 2016.

_____. **Plano Diretor de Olinda 2004**. Olinda – PE. Disponível em: https://twiki.ufba.br/twiki/bin/viewfile/PROGESP/ItemAcervo346?rev=&filename=PD_Olinda.pdf. Disponível em: 16 de junho de 2016.

_____. **Lei Orgânica do Município de Olinda**. Promulgada em 03 de abril de 1990, revisada em novembro de 2012. Olinda – PE. Disponível em: <http://www.sinpmol.net/site/wp-content/uploads/2013/08/LEI-ORGANICA-DO-MUNICIPIO-DE-OLINDA.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2016.

PERNAMBUCO. **Decreto Nº 6.347 de 18 de março de 1980**. Atribui à FIDEM competência para exame e anuência prévia de projetos de parcelamento do solo urbano na Região Metropolitana do Recife e dá outras providências. Recife – PE. Disponível em:

<http://www.recife.pe.gov.br/especiais/meioambiente/legislacao/estadual/dec6347-80.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2016.

PROGRAMA Nacional das Nações Unidas. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/mapa/> Acesso em: 23 Maio 2016.

RAFFESTIN, C. **Pour une Géographie du Pouvoir.** São Paulo: Ática, 1983, 136 p.

ROSEMBERG, Felix J. (Org.) Fórum: "Classes Sociais, Território e Saúde: Questões Metodológicas e Políticas". **Cadernos do Itaboraí**. Criação Coletiva Bilíngue. Vol. 1, Editora Fiocruz, 6 – 8 jun. 2013, 164 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

SCHNEIDER *et al.* **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** In: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MARQUES, P. E. M. (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil. Porto Alegre: UFGRS, 2004. P. 21 – 50.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo – SP. Vol. 18 nº. 51, fevereiro/2003, P. 99-192, 100.

SECRETARIA de Saúde de Olinda. Núcleo de Geoprocessamento – NUGEO **Sala de Informacao & Planejamento em Saude – Olinda**. Disponível em: <http://dpsolinda.com.br/NUGEO1 .html> Acesso em: 03 junho de 2014.

SILVA, Graziano da, J. **Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil.** In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 35, Natal - RN, 1997, p. 114-146.

SOUZA, Roberto da Silva. **Território Municipal de Olinda (PE): parcelamento do solo e diversidade dos espaços urbanos na região metropolitana do Recife**. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife: 2011.

SOUZA, Roberto da Silva. **Zona Rural De Olinda (PE): Aspectos da Atividade Agropecuária no Final do Século XX**, In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2008, Pp. 104-131.

SOUZA, Roberto da Silva. **A Fosforita Olinda S/A e o processo de apropriação do espaço por trabalhadores da terra legitimado pelo poder público local: limites ao modo de vida urbano na cidade?** In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março. São Paulo – SP, 2005, 27 p.

SPOSITO, Eliseu Savério & Neto, João Lima Sant'Anna. **Uma geografia em movimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2010, 687p.

TRASPADINI, ROBERTA SPERANDIO. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas.** 337p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Belo Horizonte: 2016.

TEIXEIRA, Márcio Antônio & LAGES, Vinícius Nobre. Transformações no espaço rural: ideias para discussão. In: SPOSITO, Eliseu Savério & NETO, João Lima Sanat'Anna (Orgs). **Uma Geografia em Movimento**, 1ª ed., São Paulo - Editora Expressão Popular, 2010 (449 – 472).

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos à globalização da esperança : um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores.** 220f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro: 2008.

VINHAS, M. **Problemas agrário-camponeses do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, 244 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília – distrito Federal, vol. 52, supl.1, 2014.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel**. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. Caxambu - MG. Em outubro de 1996, 18p.